

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 28 • Março/Maio de 1999 • Nº 80 • Preço: R\$ 6,00

Os Custos Sociais do Ajuste:
o desbalanço social do
governo FHC

Amélia Cohn

Um Proer para os Pobres
Jorge Eduardo Saavedra
Durão

Silvio Caccia Bava

Entrevistas

Werneck Vianna

Adalberto Cardoso

Crise Conservadora e
Alternativa de Esquerda

José Genoíno

Cenários e Perspectivas
para o Brasil: o projeto
Brasil 2020

Ronaldo Mota Sardenberg

Miscelânea

(capitalismo, globalização,
Brasil e esquerda)

César Benjamin

A Desconstrução de um
Mito Chamado Brasil

Pedro Cláudio Cunha

Bocayuva



Brasil Urgente

**Conselho Deliberativo
Presidente**

Ana Clara Torres Ribeiro

Vice-Presidente

Raimundo J. B. Teixeira Mendes

1ª Secretária

Leilah Landim Assumpção

2ª Secretária

Márcia Pereira Leite

3º Secretário

Revd. Paulo Pena Schutz

Suplentes

Décio Lima de Castro

Fernanda Carísio

Luís Carlos Delorne Prado

Maria Lucia Karan

Paulo Totti

Conselho Fiscal

Jorge Vicente Muñoz

Carlos Bernardo Vainer

Tito Lívio Lucio de O. Ramos Neto

Suplentes

Ricardo de Gouvêa Corrêa

José Moreira Bartholo

Associados Efetivos

José Sérgio Lopes * Silvio Caccia

Bava * Braulio Rodrigues da Silva *

Sérgio Góes de Paula * Rosiska

Darcy de Oliveira * Cândido

Grzybowski * Otávio Guilherme

Cardoso Alves Velho * Lysâneas

Maciel * Otilia Silva Leite * Luís

Eduardo Soares * Ênio Candotti *

Uri Gomes Machado * Alexandre

Sgrezia * Lizi Vieira * Antonio

Abreu * Carlos Nelson Coutinho *

Luiz Gonzaga Ulhoa Tenório *

Renato Sérgio Maluf * Ricardo

Peret * Pe. Adelar Pedro de David *

Lícia Valadares * Wanda Engel

Aduan * Peter Collins Cona

Diretor Executivo

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretor da Área Trabalho e Renda

Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

Cunha

**Diretora da Área Meio Ambiente e
Desenvolvimento**

Maria Emilia Lisboa Pacheco

**Diretor da Área Políticas Públicas
e Cidadania**

Orlando Alves dos Santos Junior

**FASE – Educando para a cidadania e o desenvolvimento
sustentável**

Fundada em 1961, a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – teve seu ponto de partida no trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e cooperativo.

Durante o período militar-autoritário, a FASE dedicou-se ao apoio à atividade de organização de base e aos processos de construção da democracia e da cidadania.

A partir da década de 80, a FASE concentrou as suas ações na busca de alternativas para a crise do atual modelo de desenvolvimento que vem contribuindo para uma maior concentração de renda, tem levado grandes parcelas da população à exclusão social e aumentado a escalada da violência.

A FASE é uma organização não governamental de educação e desenvolvimento, sem fins lucrativos, que atua em 8 estados da Federação. A FASE no Brasil é associada à ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e internacionalmente à ALOP e ao El Taller.

Com 37 anos de atuação, a FASE é reconhecida como uma instituição de marcante presença na trajetória das lutas da sociedade brasileira, enraizada nos principais movimentos sociais e políticos nas últimas três décadas. Presença esta que se consolida ainda pela eficácia e eficiência de seus projetos demonstrativos de resultados duradouros para grupos específicos, além da produção de elementos atuantes para a construção de uma alternativa de desenvolvimento.

Na esfera internacional a FASE mantém um diálogo com agências internacionais no sentido da construção de plataformas e ações comuns. Participa de redes e campanhas internacionais pela democratização das políticas dos organismos multilaterais.

Na esfera nacional, a FASE realiza convênios com órgãos públicos para avaliação, elaboração, monitoramento e fiscalização de projetos. Desenvolve parcerias com universidades, institutos e outras entidades, buscando estimular e socializar a produção de conhecimento através de estudos e pesquisa e através da publicação de cartilhas, livros e da Revista Proposta, e da promoção de ações coletivas, tais como, campanhas, seminários, palestras e debates.

A FASE é inteiramente independente de governos, partidos políticos. Seu orçamento provém de contribuições individuais e de agências internacionais de solidariedade aos povos do Terceiro Mundo.

MISSÃO

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na democracia, na justiça social, em um desenvolvimento sustentável e na ampliação da esfera pública.

Apoiar, com visão e atuação próprias, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento através de ações educativas e de projetos demonstrativos.

**Objetivos do próximo
triênio:**

- Promover a cidadania lutando por melhores condições de participação dos cidadãos na vida social, política e econômica.
- Promover melhores políticas públicas mediante intervenção junto à opinião pública e aos órgãos governamentais.
- Contribuir para impedir a deterioração das condições de trabalho e renda dos assalariados e o aumento da exclusão social. Trabalhar com associativismo e cooperativismo.
- Promover o debate público sobre temas relacionados com o poder local, através de projetos demonstrativos, urbanos e rurais, e da organização da população

Estratégia:

Para o triênio 96/98, a FASE terá como estratégia para a sua atuação nas cinco regiões brasileiras, três temas com a preocupação permanente de enforçar a questão dos jovens e das relações homem-mulher:

• **Meio Ambiente e Desenvolvimento** Compatibilização da preservação do meio ambiente com o desenvolvimento.

• **Trabalho e Renda** Melhoria das condições de trabalho, geração de renda e erradicação da violência nas cidades e no campo.

• **Cidadania, Políticas Públicas e Questão Urbana** Participação popular na definição das políticas públicas.

Editorial	5
Os Custos Sociais do Ajuste: o desbalanço social do governo FHC <i>Amélia Cohn</i>	6
Um Proer para os Pobres <i>Jorge Eduardo Saavedra Durão</i> <i>Sílvio Caccia Bava</i>	12
Entrevistas <i>Luiz Werneck Vianna</i> <i>Adalberto Cardoso</i>	15 25
Crise Conservadora e Alternativa de Esquerda <i>José Genoio</i>	36
Cenários e Perspectivas para o Brasil: o projeto Brasil 2020 <i>Ronaldo Mota Sardenberg</i>	42
Miscelânea (capitalismo, globalização, Brasil e esquerda) <i>César Benjamin</i>	50
A Desconstrução de um Mito Chamado Brasil <i>Pedro Cláudio Cunca Bocayuva</i>	56

FASE Nacional

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.:(021)286 1441
Fax.:(021) 286 1209

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.:(021)286 1441
Fax.:(021) 286 1209

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel/Fax.:(027) 223-7436

FASE-RECIFE

Rua Viscondessa do Livramento, 168
- Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax.:(081)423 3826

FASE-ITABUNA

Rio Barão do Rio Branco, 93/1º andar
Califórnia
45600-000, Itabuna - BA
Tel/Fax.:(073) 211 4498

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329,
Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel.:(091) 751 1181
Fax.:(091) 241 5310

FASE-CAPANEMA

Av. Presidente Médici, 1992
68700-050, Capanema-PA
Tel/Fax.:(091) 821 1716

FASE-MARABÁ

Folha 27, Quadra 07, Lote 07
Nova Marabá
MARABÁ - PA
68508-970
P/Correspondência
Cx Postal 73
68508-970, Marabá-PA
Tel.:(091) 322 1591
Fax.:(091) 322 1558

FASE-CÁCERES

Rua 06 Qd. 03, casa 18
Monte Verde
78200-000 - Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel.:(082) 223 4615

**Proposta**

Nº80 - Março/Maio de 1999
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejía
Ana Clara Torres Ribeiro
Clarice Melamed
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luís César de Queiroz Ribeiro
Marcelo Paixão
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Junior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes

Assessora de Comunicação

Sandra Mayrink Veiga

Editor Responsável

Luiz Antônio Correia de Carvalho

Subeditor

Ricardo Salles

Organização do Nº 80

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Assistente de Publicações

Silvia Helena Matos Brandão

Capa

Pedro Veiga sobre foto de Sergio Rossi

Fotos

J. Ripper e Fernanda Mayrink

Charges

Pedro Veiga

Projeto gráfico/Editoração/Diagramação

Pedro Veiga

Informações e Vendas

Sector de Publicações
Rua das Palmeiras, 90
Botafogo, 22270-070

Rio de Janeiro RJ

Tel.: (021)2861441

Fax: (021) 2861209

E-mail sveiga@fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos
assinados são de inteira responsabilidade de
seus autores

O resultado mais duradouro do projeto de abertura indiscriminada do governo Fernando Henrique foi sua incrível obra de desmonte nacional. Em quatro anos, ruíram conquistas da história recente do país e algumas expectativas. Assistimos ao sucateamento do patrimônio acumulado em décadas de esforço desenvolvimentista; ao desmantelamento do Estado nacional; ao laceramento de uma Constituição resultante, talvez, do momento de maior demanda e mobilização por mais cidadania, direitos e dignidade na história do país; ao esvaziamento do estoque de esperança acumulado pelo povo brasileiro após a conquista da democracia, a derrota da inflação e a estabilização econômica; enfim, à desarticulação do PSDB como uma possível força de centro não patrimonialista na política nacional. As conseqüências deste desmonte serão certamente sentidas nos próximos quatro anos, ou mais, se persistir o imediatismo da política, não mais apenas econômica, mas de toda política, reduzida pelo governo ao fascínio de um mundo espetaculoso e financeirizado.

O segundo mandato, que começa com a disparada do câmbio, trouxe a palavra e a realidade da crise de volta ao vocabulário e à política brasileira. A primeira conseqüência deste fato, mais imediata, diz respeito à colocação a nu da fragilidade da política de estabilização econômica ancorada no artificialismo do câmbio, na política de altos juros e nas privatizações apressadas, baratas e sucateadoras. Esta política, que agradou o mercado internacional e encheu os bolsos de seus especuladores, foi – e sempre será – incapaz, por sua própria natureza especulativa, mais reativa às questões imediatas do que indicadora de rumos para o longo curso, de atrair a confiança de possíveis investidores estrangeiros interessados no País, argumento sempre levantado pelo governo na defesa de sua manutenção. Os pretensos investidores estrangeiros, e poderíamos acrescentar, os brasileiros, sejam eles empresários, representantes de governos estaduais e municipais, fundos de pensão, poupadores privados, etc., não apostaram um centavo no futuro, pela simples razão que a política do governo nunca indicou qualquer futuro.

Proposta 80, com o objetivo de não amesquinhar a discussão de uma política nacional, busca contribuir para o aprofundamento do debate sobre os rumos do País. Para isso, trouxemos, neste número, contribuições variadas em termos de perspectivas políticas, mas que têm em comum a preocupação com o quadro mais amplo da realidade nacional e da formulação de políticas de desenvolvimento de longo prazo.

Com Ronaldo Sardemberg, ficamos conhecendo o exercício de desenho de cenários para 2020 que setores do próprio governo federal vêm realizando. José Genoíno analisa o resultado das eleições e os caminhos da oposição. A conjuntura política também é analisada na entrevista de Luiz Werneck Vianna. As dimensões estratégicas do que vem acontecendo no Brasil são objeto dos artigos de Cunca Bocayuva e César Benjamin. O balanço social do primeiro governo FHC é considerado por Amélia Cohn. Uma alternativa é proposta no artigo, já publicado na imprensa e que reproduzimos, de Jorge Eduardo Saavedra Durão e Sílvio Caccia Bava. Em sua entrevista, Adalberto Cardoso nos fala das transformações no mundo do trabalho e do papel dos sindicatos e separa o joio do trigo em relação à reforma da legislação trabalhista.

Ampliar e aprofundar o debate e a mobilização sobre os rumos do desenvolvimento e do País, esta é a nossa **Proposta**.



Os Custos Sociais do Ajuste: o desbalanço social do governo FHC

*Amélia Cohn**



* Presidente do Cedec e docente da FMUSP

Tal como já apontado no documento brasileiro para o Observatório da Cidadania para o ano de 1998, em termos meramente formais o governo vem implementando uma gama de políticas sociais que permite afirmar, por exemplo, que o país vem cumprindo os compromissos que assumiu internacionalmente quando da realização da Cúpula para o Desenvolvimento Social, organizada pela ONU.

Em termos reais, no entanto, o que se evidencia é uma contradição de base entre a política de ajuste econômico e de (des)estabilização monetária que vem sendo adotada pelo governo e a possibilidade de se promover políticas sociais com impacto efetivo sobre a promoção do desenvolvimento social.

E Isso Porque:

1) A evolução do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro no período mais recente aponta para um quadro de recessão econômica. De fato, dados do IBGE mostram que a economia brasileira, em 1998, cresceu apenas 0,15%, permanecendo portanto praticamente estagnada. Registre-se, ainda, que desde 1992, quando sob o Plano Collor o Brasil decresceu 0,54%, 1998 foi o ano de pior desempenho de nossa economia desde então.

2) Essa evolução do PIB rebate sobre a questão social de maneira dramática, haja vista o aumento do desemprego no país, tornando o Brasil o quarto país do mundo em desemprego. Cálculos realizados pelo economista Márcio Pochmann, da Unicamp, atestam que o país atualmente conta com cerca de 6,65 milhões de desempregados, sendo que, dado o fato de a população economicamente ativa brasileira ser de 3,2% da PEA (População Economicamente Ativa) global, esse montante de desempregados representa globalmente 59% a mais do que deveria ser em termos proporcionais.

Mais que isso, evidencia-se uma perversa correlação positiva entre a abertura do mercado brasileiro à concorrência internacional e o aumento do desemprego: enquanto, entre 1995 e

1998, a exposição da economia brasileira à concorrência externa aumentou em 30%, a participação brasileira no desemprego global aumentou 21%. Como conseqüência, segundo o próprio Pochmann, o Brasil – ou melhor, os brasileiros – perderam empregos na indústria, que no geral remunera melhor e absorve força de trabalho mais qualificada, e passaram a contar com postos de trabalho no setor terciário, como serviços de limpeza e de segurança.

Assim, a evidência da contradição entre o modelo econômico que vem sendo adotado no país e políticas efetivas na área social de redistribuição – direta e/ou indireta – de renda fica bastante clara. Basta, nesse sentido, tomar como exemplo a adoção de uma política macroeconômica que gera desemprego – tal como apontado anteriormente – e o reduzido impacto de programas governamentais de geração de empregos (o PROGER dentre outros) sobre o crescimento da própria taxa de desemprego. Ou ainda, sucessivos cortes de recursos previstos no orçamento federal para a área social, medidas estas impostas pelo acordo entre o governo brasileiro e o FMI, e que implicam a diminuição da dívida pública, por sua vez enfrentando a adversidade da manutenção de uma taxa de juros alta.

3) Não se trata somente de uma política econômica, ou melhor, de uma opção por um modelo econômico, que gera desemprego. O ajuste estrutural em vigor na nossa economia não só promove o desemprego pela redução do nível de atividade econômica que provoca, como favorece a desarticulação de importantes ramos industriais associada a uma adaptação em termos gerenciais e do processo produtivo por parte das empresas visando diminuir o “custo Brasil”. Em poucas palavras, flexibilizando as relações de trabalho, o que pode simplesmente ser traduzido como destituindo direitos trabalhistas histórica e arduamente conquistados pelos nossos trabalhadores.

Em conseqüência, são propostas reformas das políticas sociais e reformas sociais que desvinculam o acesso do cidadão a determinados



benefícios e serviços de sua inserção no mercado de trabalho, sem, no entanto, desvincular esse acesso da capacidade contributiva de cada cidadão, tomado individualmente. É esse o caso da reforma da previdência social, que após ter sido alçada ao estatuto de seguridade social em 1988, retrocede à concepção de seguro social, vinculando-se o acesso a um volume determinado de recursos sob a forma de benefícios à capacidade de poupança revelada por cada um durante sua vida útil.

Neste caso, em se tratando de uma parcela da população que, hoje em dia, pode ser considerada como privilegiada simplesmente por ter ainda algum acesso a oportunidades de trabalho remunerado, ainda que com a precarização brutal das condições de trabalho, cria-se uma seletividade na clientela segurada, uma vez que ao novo seguro social – seja ele público estatal ou privado – só interessa ter como cliente aquele contingente de pessoas com capacidade contributiva relativamente estável independentemente de sua relação de trabalho, isto é, os trabalhadores mais qualificados ainda passíveis de uma margem de desqualificação.

No outro extremo, situam-se as políticas sociais sem a contrapartida da contribuição individual de cada um, isto é, políticas que atendem a direitos sociais não-contributivos. E neste caso, esbarram sempre nos limites cada vez mais estreitos da

contenção da dívida pública, que impõe sucessivas restrições orçamentárias aos cofres públicos.

Não basta, portanto, a constatação pelas análises governamentais de que, entre 1993 e 1995, o Brasil registrou uma diminuição significativa da proporção de pobres – de 30,4% para 20,6%. Isso porque, de um lado, neste caso prevalece a concepção de pobreza tão somente como insuficiência de renda; e de outro – e o principal – porque, ao não vigorar mais um padrão de regulação social baseado no trabalho, caberia agora às políticas sociais mais uma responsabilidade: a de terem de promover a inserção social da crescente parcela de excluídos do mercado de trabalho, seja ele formal ou informal.

Redefine-se, assim, na atualidade, a articulação entre política econômica e políticas sociais: direitos contributivos, isto é, que têm como contrapartida necessária a contribuição prévia do beneficiário, vinculam-se às diretrizes macroeconômicas enquanto instrumento de criação de poupança interna privada para se alavancar a taxa de investimento interno da economia. Por outro lado, direitos não-contributivos que, para serem atendidos, ficam à mercê da disponibilidade – sempre parca – de recursos orçamentários do governo.

Neste último caso – dos direitos não-contributivos – o potencial redistributivo dessas

políticas, na sua essência, é maior se e sempre quando se tratarem de políticas universais e financiadas com recursos orçamentários provenientes da contribuição fiscal. Mas no caso brasileiro não é isso que vem acontecendo: essas políticas, por terem que se contrapor à lógica macroeconômica de diminuição do déficit público, acabam por ter seus recursos cortados, e, em conseqüência, sua população-alvo também reduzida aos segmentos mais pobres. É a conhecida focalização das políticas sociais, processo que notoriamente as transforma em políticas clientelistas, “de governos e não do Estado”, e de caráter imediatista.

**ENQUANTO, ENTRE
1995 E 1998, A EXPOSIÇÃO DA
ECONOMIA BRASILEIRA À
CONCORRÊNCIA EXTERNA
AUMENTOU EM 30%, A
PARTICIPAÇÃO
BRASILEIRA NO DESEMPREGO
GLOBAL AUMENTOU 21%**

Não é à toa, portanto, que, na lucidez dos desesperados, uma sertaneja nordestina reage à notícia de que seu nome não constava da relação dos alistados nas frentes produtivas criadas pela União nas regiões da seca: “Não tenho registro de nascimento e nunca consegui tirar título eleitoral. Então, eu não existo” (*Folha de S. Paulo*, 24/02/99). Dito de outra forma, menos contundente e pretensamente mais analítica: sua condição real de existência, não preenche nem os requisitos da burocracia administrativa que gere e implementa essas políticas – o registro de nascimento, comprovante de sua existência real –, nem os requisitos político-clientelistas que a transformem num receptáculo das benesses do Estado, por meio dos favores de um político qualquer.

Mas, nesse ponto, deve-se tomar uma dupla cautela: a primeira consiste em não satanizar o nível local – o clientelismo é um traço de nossa

cultura política que vai do sertão ao planalto, passando por nossos parques industriais; a segunda delas consiste em ter claro que exatamente por decorrência dessas cultura e prática políticas, as políticas sociais no país, como já foi demonstrado inúmeras vezes, acabam por reproduzir, ao invés de compensar, as nossas desigualdades sociais. Isso porque essas políticas, mesmo quando definidas como universais, tendem tão somente para a universalidade de um patamar básico de acesso a determinados serviços sociais, gerando seletividade nos níveis mais complexos desses serviços. São os casos típicos da saúde – com o PAB, os Programas de Agentes Comunitários de Saúde e com os Programas de Saúde da Família –, e da educação – neste caso basta analisar o percentual (e sua extração social) da população na faixa etária correspondente que tem acesso ao ensino superior público.

Note-se, no entanto, que não se trata de invalidar esses programas que visam estender o acesso da população a serviços básicos – sejam eles de saúde ou de educação, dentre outros –, mas sim de alertar para o fato de que eles implicam a exigência do Estado – nos níveis federal, estadual e municipal, cada um na abrangência de sua competência – articular a esses programas políticas sociais de médio e longo prazos voltadas para a superação da pobreza.

**O AJUSTE ESTRUTURAL EM
VIGOR NA NOSSA
ECONOMIA NÃO SÓ
PROMOVE O DESEMPREGO
PELA REDUÇÃO DO
NÍVEL DE ATIVIDADE
ECONÔMICA QUE PROVOCA,
COMO FAVORECE A
DESARTICULAÇÃO DE
IMPORTANTES RAMOS
INDUSTRIAIS**



Mas, tampouco se deve concluir apressadamente que as restrições que vêm ocorrendo, seja através da desinstitucionalização de direitos historicamente consagrados, seja através de sucessivos cortes de recursos para a área social, são fruto direto de um processo de globalização, independentemente do que se venha a entender por isso. Essas restrições são, sim, consequência direta do modelo de ajuste econômico que vem sendo adotado desde 1995. Tanto assim é que, no triênio 1994-1996, por exemplo, na composição das fontes de financiamento do gasto social, verifica-se um crescimento acentuado da participação das contribuições sociais: somadas, as contribuições previdenciária, sobre o lucro das empresas e do PIS/PASEP cobrem, em 1996, quase 60% dos recursos.

Na atual conjuntura, em que a crise econômica se torna mais aguda e a recessão econômica se faz presente, é exatamente a área social aquela que se revela mais vulnerável às restrições orçamentárias. E se esses cortes – que vêm se sucedendo com assustadora frequência a partir da maxidesvalorização do real em janeiro –

se fundamentam na circunstância objetiva de que são esses os recursos sobre os quais o governo tem controle enquanto despesas do Orçamento, existe igualmente a circunstância política objetiva de que esses cortes atingem, no geral, exatamente aqueles setores sociais com menor capacidade para fazer valer seus direitos e suas demandas. São assim anunciados cortes de recursos, por exemplo, do programa de distribuição de cestas básicas do Comunidade Solidária (em 50,5% dos recursos destinados no ano de 1998), bem como transferências de recursos de programas de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes para cobrir despesas de manutenção da Polícia Federal, provocando do vice-presidente do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) a seguinte observação: “O governo preferiu investir na repressão do que na prevenção da criminalidade infanto-juvenil” (*Folha de S. Paulo*, 24/02/99).

É assim que, no geral por meio de decretos presidenciais, vêm sendo realizados cortes nos gastos para que o governo cumpra os compromissos de ajuste fiscal firmados com o FMI da rubrica orçamentária “Outras Despesas de Custeio e Capital”, recursos sobre os quais o governo exerce controle. E é exatamente aí que estão alocados os recursos para gastos sociais do governo federal.

**NÃO É À TOA QUE (...) UMA
SERTANEJA NORDESTINA
REAGE À NOTÍCIA
DE QUE SEU NOME NÃO
CONSTAVA DA RELAÇÃO DOS
ALISTADOS NAS FRENTE
PRODUTIVAS (...): “NÃO TENHO
REGISTRO DE NASCIMENTO E
NUNCA CONSEGUI TIRAR
TÍTULO ELEITORAL. ENTÃO, EU
NÃO EXISTO”**



Ao continuar a prevalecer essa forma de atuação de nossos governantes, as políticas e programas sociais no país estarão condenados aos limites estreitos da concepção de políticas para o alívio da pobreza, e não às políticas que promovam a superação da pobreza no Brasil. Fato este tanto mais grave quando se verifica que as reformas estruturais da década de 90 promovidas na América Latina aumentaram as desigualdades sociais na região, sobretudo no caso brasileiro. De fato, este é o país da região que apresenta as maiores disparidades regionais e os maiores índices de concentração de renda: enquanto a renda *per capita* anual média do Estado do Piauí é idêntica à do Haiti, por exemplo, 76% dos brasileiros têm um nível de renda inferior à média anual *per capita*, que é de US\$4,800. Igualmente, enquanto 10% das famílias brasileiras se apropriam de 12,5% da renda nacional, os 40% das famílias mais pobres se apropriam de apenas 11,8% da renda total.

É exatamente a partir da constatação desse quadro, que mostra a persistência da brutal concentração de renda no país, bem como da lógica perversa que persiste na implementação de medidas de combate à pobreza, que ganha importância enfatizar, na análise e na formulação dessas políticas, a perspectiva de sua qualidade. Entendendo-se por qualidade das políticas sociais

menos a dimensão custo-efetividade, tão em voga, e mais o seu conteúdo enquanto instrumento de construção da cidadania e autonomia desses sujeitos, população-alvo das políticas sociais, ao mesmo tempo em que se busque satisfazer determinadas necessidades sociais básicas exatamente desses segmentos mais pobres da população: aqueles 40% formados pelas famílias mais pobres e que se apropriam tão somente de 11,8% da renda total do país.

É nesse contexto que ganha cada vez maior ênfase a estratégia da descentralização das políticas sociais por favorecer – em tese – a sua democratização, dada a proximidade governo/cidadãos que ela possibilita. E com ela, as propostas de parcerias e novas formas de gestão dos programas e serviços sociais. Mas isso significa, dada a atual conjuntura, que diante da incapacidade do Estado dar conta dos crescentes problemas e desigualdades sociais locais, cabe ao setor público buscar estabelecer parcerias com diferentes setores da sociedade, ou mesmo do setor privado, e buscar novas formas de gestão dos serviços sociais que possibilitem uma maior racionalidade dos mesmos.

E é neste último caso, em particular, que merece destaque o perigo presente na versão atual do processo de privatização dos serviços sociais, sob a sua forma mais perversa. Esta consiste exatamente em confundir a irracionalidade do Estado como um atributo natural seu, e, em consequência, buscar transplantar a racionalidade privada de mercado para o interior do setor público estatal. Exemplos não faltam, nos vários setores de programas sociais. Portanto, tampouco, faltam alertas para que essa tendência seja confrontada com propostas de construção de um projeto para nossa sociedade que imprima a qualidade de promoção da cidadania às nossas políticas sociais, e não de reprodução da subalternidade, como tem sido até hoje.

Um Proer para os Pobres*

*Jorge Eduardo Saavedra Durão***

*Sílvia Caccia Bava****



* Texto publicado no Jornal Abong nº 21, set. 1998

** Diretor Executivo da FASE, Diretor da Abong

*** Diretor da Pólis, Diretor da Abong

Qualquer que seja o desfecho da crise que ora se abate sobre a economia e a sociedade brasileiras, e o ritmo e profundidade do seu agravamento, não temos dúvidas que ela será extremamente penosa para a grande maioria da população brasileira. Um pacote de ajuda externa poderá adiar o ajuste de contas, mas a crise se aprofundará e, desta vez, as vítimas não serão apenas os de sempre, isto é, os mais pobres e os excluídos, que já detém índices de desemprego superiores a 30%. Amplas camadas do povo brasileiro, incluindo empresários e a classe média, sofrerão os efeitos de uma política irresponsável do governo FHC que jogou o país em uma crise que nossa geração ainda não conheceu. Quebra de empresas, desemprego em massa, aumento da criminalidade e da violência, milhões de brasileiros sem condições sequer de alimentar suas famílias, esse é o panorama que se desenha para 1999.

A Coreia do Sul viveu recentemente uma crise econômica sem precedentes devida às mesmas condições de ajuste estrutural impostas pelo FMI a que o Brasil vem se submetendo. As conseqüências sociais são catastróficas para os trabalhadores: 45% se submetem a empregos temporários ou de meio período, sendo que as mulheres somam 78% deste total. Para a classe média a situação é inédita. Seus filhos estão sendo retirados das escolas particulares; aumentou em 200% o número de suicídios dos pais que não têm como saldar suas dívidas; nos corredores do metrô os “novos pobres” pedem esmolas. Eles, tecnicamente, não são mendigos, pois têm suas próprias casas, o que sucedeu foi que perderam seu trabalho e estão muito envergonhados para voltar para suas casas, diz o *Le Monde Diplomatique* de julho passado.

Se hoje já temos, como aponta Bernardo Kliggsberg, - coordenador para a América Latina do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento -, mais de 40% da população brasileira abaixo da linha da pobreza, suas previsões são de que, a serem mantidas as mesmas políticas de hoje, em poucos anos serão 70%. Isso num país que é a décima economia mundial e que conta com uma renda média per capita de US\$ 5.569,00.

Essas previsões sombrias podem ser alteradas se mobilizarmos as energias do povo brasileiro para enfrentar a crise. Nossa situação talvez venha a se comparar ao momento de depressão econômica vivido pelos Estados Unidos logo após a crise de 1929, quando 44% dos trabalhadores estavam desempregados. Lá, para enfrentar a crise, o recém eleito presidente Roosevelt tomou medidas que permitiram a criação de 4 milhões de empregos em pouco mais de um mês! O *New Deal*, a política norte-americana para enfrentar a crise social do início dos anos 30, pode nos servir de referência para enfrentarmos os amargos momentos que se desenham para o futuro imediato.

Trata-se, pura e simplesmente, de uma busca pragmática, orientada por um poderoso sentido de urgência da necessidade de respostas enérgicas, prontas e decisivas, para a trágica situação de emergência em que novos e numerosos segmentos do povo brasileiro estão prestes a serem mergulhados.

No caso brasileiro, não hesitamos em afirmar que hoje se impõem iniciativas do Estado que muitas vezes deverão se contrapor à ortodoxia e à ditadura da lógica econômica. É chegada a hora de agir radicalmente em favor do social, se possível em sintonia com os economistas, se necessário apesar deles, até mesmo contra eles. Roosevelt mostrou que a economia não pode constituir uma referência exclusiva para a tomada de decisões de governo em situações extremas, quando milhões de pessoas estão desempregadas e passando privações.

Num primeiro momento o *New Deal* tornou efetivo um programa de amparo para atender 17 milhões de desempregados, mobilizando recursos de US\$ 1,5 bilhões para garantir alimentos, roupas, abrigo e cuidados médicos aos necessitados. Mas rapidamente começaram a ser tomadas medidas coerentes com o princípio do direito ao trabalho, que visava não só atender as necessidades materiais dos desempregados, mas restituir-lhes a dignidade e o respeito próprio.

Em três meses e meio o programa emergencial de garantia de trabalho para os desempregados



nos EUA havia construído ou ampliado 40.000 escolas, havia instalado 3,5 milhões de metros de canos de esgotos, havia construído 469 aeroportos e ampliado 529, havia construído ou reformado 400.000 quilômetros de estradas, 50.000 professores foram contratados para atender às ampliações das escolas, foram construídas ou reformadas 3.700 praças de lazer ou campos de esportes¹.

Esses números, impressionantes, apontam o caminho da defesa da cidadania. É urgente uma política centrada na criação de milhões de empregos e, para tanto, enquanto não se fizerem sentir os efeitos da reconversão mais que necessária desse perverso modelo econômico que fechou 2,4 milhões de empregos desde o governo Collor e impediu o acesso ao emprego de 1,6 milhões de jovens que entram no mercado de trabalho a cada ano.

Propomos a adoção de um “choque Roosevelt”, para usarmos a expressão de um repórter do Jornal do Brasil, que a atribuiu ao Manifesto “Em Defesa da Nação, do Emprego, da Produção, da Moeda e da Democracia”, firmado por Barbosa Lima Sobrinho e por um grande número de entidades e personalidades. Esse choque, que envolve medidas essencialmente de garantia do emprego urbano, deve se combinar com a aceleração da reforma agrária, que abriga um potencial enorme de geração de trabalho no meio rural.

É preciso assumir o risco de lidar com as pressões inflacionárias que tenderão a ser maiores - mas não necessariamente exageradas ou incontroláveis - em consequência de uma política de defesa do emprego. Não podemos assistir a mais um sinistro capítulo do que foi chamado pela deputada Maria da Conceição Tavares de “a desconstrução do país”.

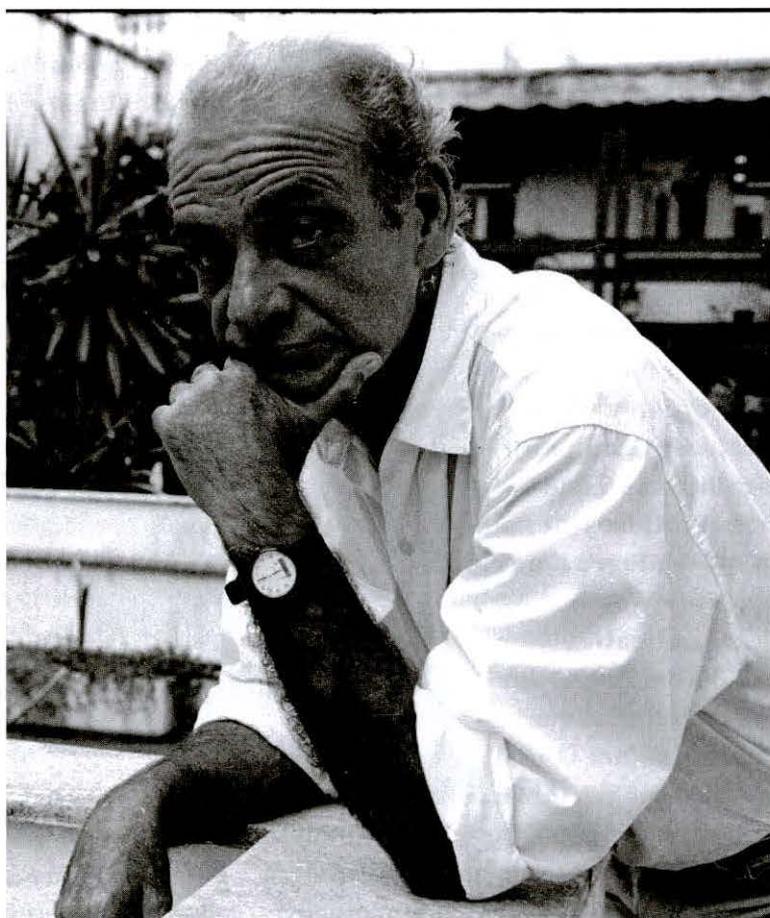
Ao fazer, a menos de um mês das eleições, aquilo que a mídia chamou de o ajuste possível, o governo FHC ficou muito aquém das medidas que o mercado (leia-se o capital financeiro e especulativo) consideraria suficientes e à altura das suas exigências de segurança. Perfumaria ou não, satisfazendo ou não os anseios do “mercado”, não podemos ignorar a perversidade das medidas anunciadas no tocante à vida de milhões de seres humanos, brasileiros excluídos dos direitos de cidadania, pobres e miseráveis, que serão as vítimas do novo pacote, independentemente de sua eficácia ou inocuidade no enfrentamento da crise que o Brasil atravessa.



Recursos existem para tornar realidade o “choque Roosevelt”. O BNDES acabou de colocar à disposição das multinacionais que se habilitaram para a compra do sistema Telebrás nada menos que R\$14 bilhões. Os fundos de pensão das estatais possuem mais de R\$100 bilhões. O brasileiro precisa de trabalho, precisa restaurar seu orgulho de viver neste país, precisa que o governo o considere sua prioridade máxima. Precisamos, já, de um PROER para os pobres.

¹ SHERWOOD, Robert E.; *Roosevelt e Hopkins - uma história da Segunda Guerra Mundial*, Ed. UnB; Rio de Janeiro; 1998. p. 74.

entrevista



Werneck Vianna*

*Sociólogo e Professor IUPERJ

Proposta - Qual é o balanço que você faz da década de 90, em termos da inserção do Brasil no quadro internacional, que parece ter se alterado bastante com as novas mudanças econômicas, a globalização e tudo mais? E que balanço você faz também em relação aos movimentos sociais, que durante a década de 80 foram bastante ativos e parecem estar mais inativos, ou pelo menos com menos perspectiva de atuar na política do Brasil?

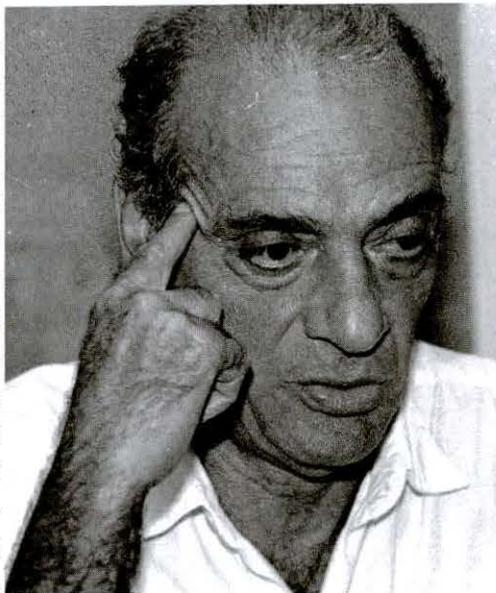
Werneck - O inventário que faço é otimista. Vou tentar explicar. Se nós olhamos o mundo organizado da política e o mundo organizado dos interesses, especialmente partidos e sindicatos, que são as grandes matrizes desse segundo pós-guerra, nós vamos perceber que ambos, partidos e sindicatos, vêm perdendo substância, em termos das expectativas que tinham anteriormente. O que não quer dizer que partido e sindicato tenham se esgotado, estão até muito longe disso. Não se consegue ainda divisar um mundo onde os partidos não sejam núcleos orgânicos importantes.

Mas o registro que eu favoreço na minha visão não é esse. O registro que eu favoreço é o seguinte: quem vem chegando à política? O número dos que se vêm incorporando à política diminuiu? Acho que vem aumentando progressivamente. Nós vivemos num mundo marcado pela chave da democratização social. E um mundo onde a democratização política vem de algum modo acompanhando esse movimento ampliado de incorporação.

O meu ponto para isso é de uma simplicidade atroz. Onde a visão anti-progressista, a visão antidemocrática foi atalhada no

mundo contemporâneo? Na batalha de Estalingrado, na invasão da Normandia. Foi ali que o grande debate entre concepções a respeito da democracia foi resolvido. No mais, entre os dois lados que passaram a competir no segundo pós-guerra, os dois continuam um fim, a possibilidade de uma democratização contínua com uma vocação de incorporação de um número crescente de indivíduos.

A Guerra Fria foi na verdade o teatro de três experiências históricas saídas de revoluções. A revolução americana de um lado, a francesa de outro e a russa. E ainda podemos acrescentar a revolução colonial, a revolução nacional libertadora do oriente, que trouxe para o mundo a grande multidão. É claro que os problemas de incorporação deste grande número ao mundo dos direitos, ao mundo do consumo, ao mundo da sociedade da cultura material estabelecida tal como existe é muito



complicado porque nós vivemos em uma sociedade de muita escassez, os limites distributivos hoje são muito severos. Mas, são limites que não estão mais ancorados filosoficamente.

No Brasil, como é que eu penso essa questão a partir de 30? O que nós temos? Uma política de Estado voltada para a incorporação. Não importa se a incorporação é seletiva, se a incorporação implica, do ponto de vista da política, restrições à autonomia, mas a política é de incorporação e por causa disso uma política que se pretende de avanço nas fronteiras econômicas.

Juscelino é isso, a ditadura militar vai na mesma direção, aprofunda até em alguns momentos. Daí, nós poderemos falar da rei-

Proposta - Do ponto de vista da questão que está se falando muito, da desindustrialização do Brasil. - Que haveria uma certa reversão...

Werneck - Esse é que é o ponto. Desde o Collor, vem-se tentando introduzir uma descontinuidade com este modelo incorporativo. A transição brasileira começa a se encorpar e a se definir no momento em que o tema da descontinuidade aparece com força. Há inclusive uma literatura a este respeito. Raimundo Faoro, *Os Donos do Poder*, Simon Schwartzman, *As Fases do Autoritarismo no Brasil*. Há toda uma leitura, há toda uma interpretação sobre o Brasil que sustenta o seguinte: o país só se torna um país viável, democrático e mais justo quando ele acertar contas com sua história. Ele precisa romper com ela. Precisa romper com o patrimonialismo, precisa romper com a sua forma de Estado, precisa romper com um certo estilo de relação entre Estado e Sociedade, entre política e economia, é preciso liberar o mercado. Todos esses temas fazem parte da agenda da ruptura. A agenda da ruptura, e isso é o que eu sustento, é mais da direita do que da esquerda. Mesmo que freqüentemente isto na retórica não esteja visível e, sobretudo, não esteja visível no plano da consciência. Mas penso que ficará cada vez mais visível no plano da consciência. A coalizão de centro-esquerda, que agora começa a se tornar visível, traz que tipo de relação? Ela traz a relação entre as novas forças políticas do país, que nasceram no final dos anos 70, com as forças que pertencem a um outro continente histórico, o dos anos 30. Como no caso, por exemplo, da coalizão PT-PDT no Rio de Janeiro, e que tem aspiração nacional. Podemos olhar isso como Getúlio, Prestes e Lula. PDT-PCB-PT. A questão social e a questão nacional. A questão social portada pelas forças novas e a questão nacional que vem da velha ou da outra história da esquerda brasileira.

Nesse sentido, a esquerda tende a se comportar como uma força de continuidade, retomando o tema do desenvolvimento. Não por acaso, os estados da Federação que passam a ser estratégicos para a esquerda são Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Ora, os estados de 30!

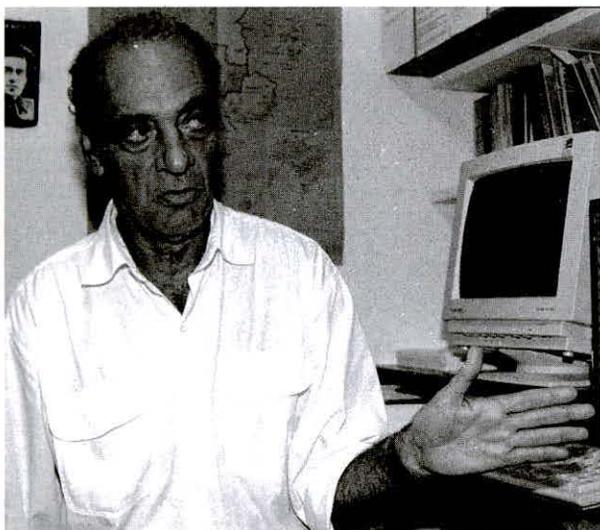
A força da descontinuidade aparece por São Paulo. São Paulo como um conjunto? Não. Um certo São Paulo. Porque não é São Paulo dos trabalhadores, dos sindicatos. Até mesmo a Fiesp começa a se alinhar ao discurso da continuidade. Este discurso envolve a noção de Nação, de um projeto republicano onde seja contemplado o tema do desenvolvimento e da reforma ético-moral da sociedade. Esta questão está posta. Quer dizer, a República volta a ser um tema da esquerda. O tema dos neoliberais é o mercado, é o pluralismo, é o liberalismo pluralista. E o tema da coalizão de centro-esquerda, que começa a tomar fisionomia numa configuração nova, é o da República, de um novo pacto federalista. Para tanto, há um eixo de governadores bastante ponderável: Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Proposta: Como é que você vê o Covas e o PSDB nesse quadro amplo que você está traçando de centro-esquerda?

Werneck - Eu vejo bem. Continuam abertas as possibilidades dele participar desse jogo, inclusive jogando com a Fiesp.

Proposta - Ele fez um discurso nessa direção logo após a posse.

Werneck - Fez um discurso nessa direção, frente à aliança que pode se desenhar e que não é só um movimento superficial de esperteza semântica, esperteza política. Está mexendo com coisas fundas. Na verdade, ela está aproximando dois grandes blocos históricos no Brasil, o dos anos 30 aos 60 e dos anos 80.



Esses dois blocos estavam inteiramente dissociados e apartados e estão se articulando, e eu diria sem fusão e sem contaminação. E estão se encostando no que têm de melhor. É claro que isso tudo vai precisar de muita elaboração. Por exemplo, quando o Presidente do PT vai estar com o Presidente da República e o ex-governador Leonel Brizola reclama. Se o movimento foi correto ou não... Para avaliar isso, é preciso entender que a sorte desse governo não está dada de uma vez por todas. Esse governo não tem rumo. O rumo que ele poderia ter tido, ele já o perdeu. Esse governo, hoje em dia, eu não diria que está à deriva porque seria um exagero, mas ele pode perfeitamente vir a operar num campo de forças menos hostil à oposição do que vem atualmente operando.

Proposta - O que poderia levar a isso?

Werneck - Várias coisas, inclusive a política. Quando o Presidente procura o PT, ele está pensando em alternativas. Ele não está “queimando os navios”. Ele não está dizendo “vou governar mais quatro anos contra esta oposição”. Ele está dizendo “pode ser que...”.

Proposta - E os compromissos dele, por exemplo, com o PFL, com os banqueiros, com as finanças internacionais não são...

Werneck - São muito poderosos. E também tem o estilo do presidente que é um estilo claudicante, ambíguo. Mas que ele sente a dificuldade, ele sente. Eu concordo com você que dificilmente ele vai poder operar isso internamente. Agora, não importa que ele opere. O que importa para as oposições é fazer com que o projeto dele se desorganize de uma forma tal que ela se apresente como uma alternativa viável nas próximas eleições. Uma alternativa viável e geral. Que todos percebam isso. Mesmo que o governo fique prisioneiro de seus arranjos com o PFL, os banqueiros, as finanças internacionais, mas prisioneiro mesmo, é preciso que a política dele apareça como uma política que não leva o país a um bom lugar. Isto é, a descontinuidade não leva o país a um bom lugar; romper com a idéia de República não leva a um bom lugar; deslocar as nossas velhas instituições, os nossos velhos personagens não leva a um bom lugar; acabar com a universidade brasileira não leva a um bom lugar. Este foi, mais ou menos, seu ímpeto inicial: “vamos desfigurar o que já havia, porque o erro, o pecado, está ali”. No limite, o pecado qual é, de acordo com esta concepção? É a herança ibérica, o despotismo oriental, o patrimonialismo, aquele Estado cartorial que manda em tudo. Para o governo, trata-se de deslocar isso da vida do indivíduo, criar um indivíduo livre, o mercado, uma certa verdade no mercado que implica abertura das fronteiras econômicas para que esse mundo pantanoso desapareça e seja possível uma nova realidade.

Diante disso, a esquerda, primeiramente, limitou-se à resistência no plano social. Os limites disso ficaram evidentes. Como se pode enfrentar a desindustrialização, desemprego? Com uma nova articulação de forças políticas, com uma nova concepção do pacto federativo.

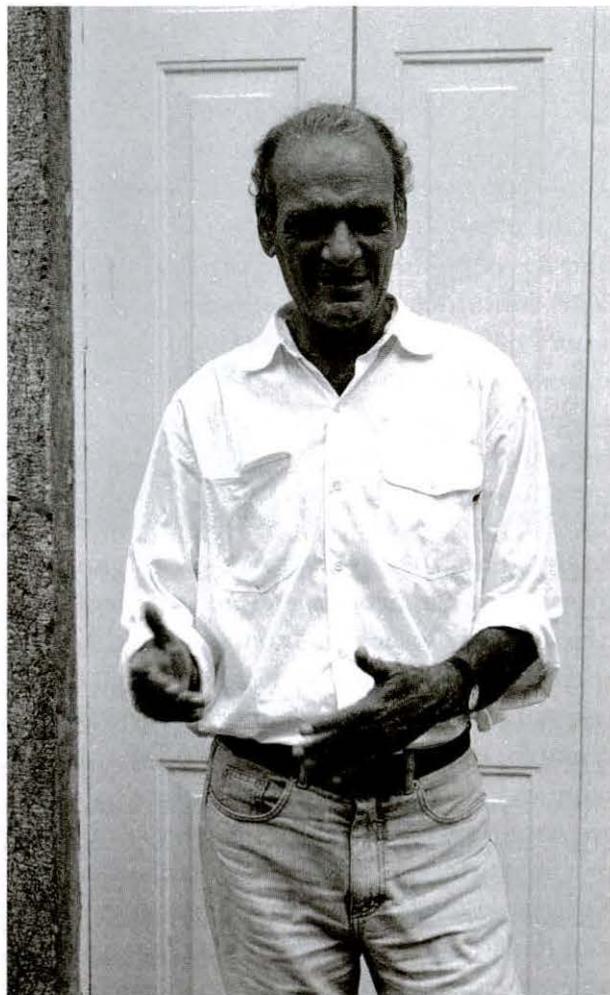
Proposta - Nesse quadro político que você estava traçando, isso significaria

implodir o PSDB atual. Ou, pelo menos, trazer o PSDB para uma missão mais original dele, uma coisa mais de centro...

Werneck - Eu acho que sim...

Proposta - Você acha que o Covas pode estar nessa direção? O próximo governo dificilmente será um governo, dessa coalizão atual, com o PSDB na cabeça. O PFL ganhou um tempo grande apostando no Fernando Henrique, que foi o tempo de reestruturação dos conservadores, e conseguiu, de alguma maneira, sair daquele sufoco em que ficaram depois do *impeachment* do Collor. O sufoco na verdade vem de antes. O sufoco vem do próprio Collor. Eles não estavam conseguindo construir nenhuma alternativa confiável. Será que o PSDB vai se prestar a esse papel outra vez e ser cabeça de uma coalizão da qual na verdade ele não é tão cabeça assim?

Werneck - Eu acho que os limites estão dados. O triunfalismo deles acabou. Outras questões mais profundas e complexas podem voltar a ocupar a agenda política. A unidade européia não é um fato de pequena importância. É um fato capital no cenário internacional. Surgiu um ator com capacidade econômica de se contrapor à paz americana e ao mundo de mercado que os americanos regulavam. Está surgindo uma nova polarização e essa nova polarização é extremamente propícia para um país com a nossa inscrição no mundo, com as nossas tradições e com o peso do nosso Estado. O Brasil é um país de estadistas, de Estado. O Estado não foi construído ao acaso, ao léu. Foi construído por homens de Estado que fizeram essa obra arquitetônica fantástica, que garantiu território, garantiu a liberdade. E o preço da liberdade aqui foi a preservação do território.



Enfim, o fato é que a agenda internacional, hoje, não diz respeito apenas às elites politicamente dirigentes. Ela traz os atores centrais da sociedade, inclusive o movimento sindical, o movimento associativo. E, no que diz respeito a um ponto absolutamente capital, a questão toda é a seguinte: como é que o país se inscreve no mundo? Como ele se inscreve como mercado ou se inscreve como República? Evidente que, quando faço a remissão à República, não estou me remetendo à República autoritária de corte autocrático da tradição brasileira, mas à República que podemos instaurar. Vai depender do quê? Vai depender dessa palavra que está meio gasta, não só no Brasil, mas em toda parte e que está ainda para ser explorada devidamente, que é a sociedade civil. Não de uma sociedade civil

que se organiza lá embaixo nos cantos disponíveis onde o Estado não existe. Precisamos de uma sociedade civil que saiba se tornar um ente público, enfrentando e invadindo esse espaço público. Não apenas o espaço público existente, mas o espaço público novo a ser criado, envolvendo direitos novos. A questão central para nós, hoje, é não só pensar no cenário republicano clássico dos três poderes, mas também pensar nesse cenário republicano novo: a vida da sociedade civil. E a vida da sociedade civil como um lugar também de vida estatal, de vida pública construída não de cima, mas que se cria por baixo. A coisa está indo nesta direção. Eu não estou dizendo nada novo. Toda a literatura aponta para essa direção com o tema da democracia deliberativa. Qual é a circunstância determinante do tema da democracia deliberativa? O espaço da sociedade civil. Esse é o tema da literatura contemporânea.

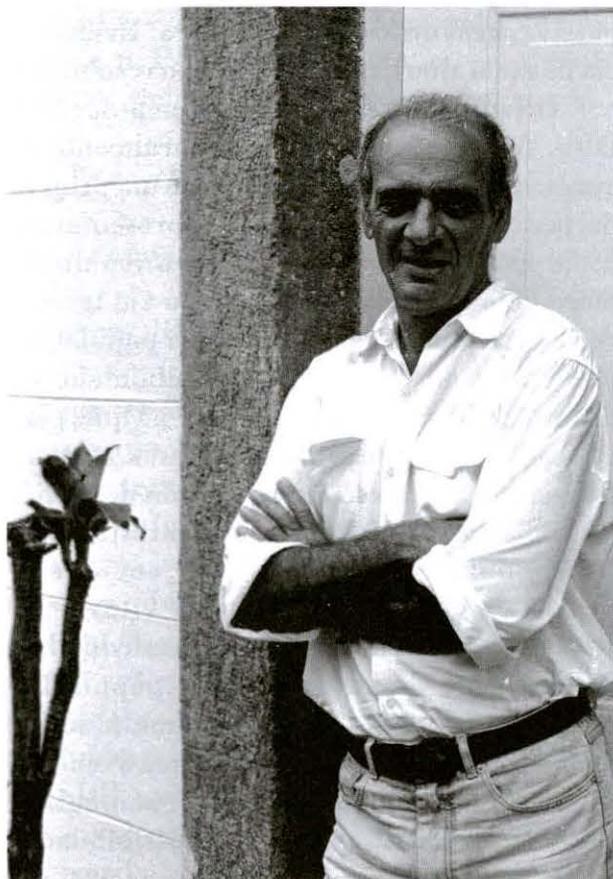
Em relação a esses temas, como nos encontramos? Defasados? Não creio. Desajustados? Não creio. Eu acho que a nossa *intelligentsia* está perfeitamente bem orientada e a sociedade acompanha esse movimento. Há uma série de novas instituições onde essas coisas vão brotando. Vamos ver, por exemplo, os juizados especiais, uma experiência nova da institucionalidade brasileira. Eles estão permitindo uma exposição e um contato dos setores subalternos da sociedade com o sistema da ordem em escala inédita no país. A tal ambigüidade da ordem brasileira, uma ordem oficial, uma ordem formal, e uma ordem informal, tende a desaparecer na medida em que capilarmente a institucionalidade está sendo levada por uma série de novos mecanismos para uma exposição aos setores subalternos. Quando se fala em acesso à justiça, é disso que se está falando. Quando você fala de democratização, em socialização da política, é isso que você está fazendo. Se nossa sociedade não está nem completamente mobilizada, tampouco ela está

passiva, nem uma coisa nem outra. Evidente, ela não tem alternativas no sentido resolutivo.

O tema da passividade da população é falso. As forças vitoriosas eleitoralmente se apresentaram como portadoras de um projeto de justiça social. Elas não se apresentaram como antagonistas disso. Tendo o trunfo da moeda e o que a moeda importou em termos de redistribuição de renda para a população, elas disseram: "me dêem a possibilidade de continuar nosso caminho de reforma que, pela educação e pela saúde, estaremos reconstituindo relações sociais no sentido de torná-las mais justas, desafiando, contestando a tradicional iniquidade da sociedade brasileira". Então, não vejo a vitória da situação como manifestação de passividade e de atraso do ponto de vista da população. Porém, os limites da situação são muito sérios porque o governo se envolveu numa aventura com o capital financeiro internacional. O governo perdeu o controle das possibilidades de desenvolvimento no país. Está sem projeto.

Proposta - Quem sustenta esse governo hoje internamente em termos de forças sociais? Porque a sensação é que é um governo quase diretamente ligado às finanças internacionais e à tecnocracia que vai se financeirizando aqui dentro.

Werneck - É o conservadorismo brasileiro. A grande presença conservadora no Brasil. O PFL é a base política de sustentação. O PFL, do ponto de vista restrito, é uma coisa, mas ampliado implica no PPB e no PTB. O PFL efetivo, onde o seu discurso alcança, é uma mancha política muito poderosa, estende-se por uma parte importante do PMDB e outra do PSDB. O fato é que os social democratas de verdade, que desenvolveram isso, estão numa situação muito delicada porque eles são sustentados por um outro. E



esse outro tem um projeto mais claramente definido para o país. De qualquer modo, há um projeto de abertura completa para o mercado internacional, que vê desvantagens efetivas no papel do Estado e de todas as instituições que ainda seguram um certo ideal republicano, uma certa idéia de comunidade. Por exemplo, o tema do emprego. Isso nos leva a uma reflexão complicada. De um ângulo classista, tal como foi dominante nos anos 80, isso não nos diria respeito. Isso diria respeito aos empresários, que são homens associados ao mundo das finanças internacionais, fazem parte da grande circulação do capital, não teríamos portanto, nada a ver com isso, o nosso tema é a questão social. A nossa comunidade é outra. É uma comunidade nascente dos excluídos, dos despossuídos, dos trabalhadores. Mas, eis que, no cenário de hoje, esse discurso é insuficiente, o que está se dizendo é o seguinte: a empresa faz parte da comunidade nacional e

ali está o emprego. Com isso, você começa a trabalhar um discurso com uma capacidade de universalização maior, mais expansiva, mais mercurial e que não fica apenas nos limites da sua própria identidade.

Proposta – A ida do Lula ao Fernando Henrique seria uma abertura nesta direção, seria uma mudança na postura tradicional do PT? Evidentemente, foi um fato isolado e não significou ou não resultou de qualquer grande alteração de rumo do governo...

Werneck - Dificilmente esse governo poderá fazer uma reviravolta. Acho que ele não fará. Salvo por motivos extraordinários, mas não fará. Pela própria identidade do Presidente da República, que, na minha opinião, não é um estadista. Agora, o movimento da oposição...

Proposta - Só um parênteses. Ao contrário. Parece que, eventualmente, um Antônio Carlos ou um quadro do PFL faria um governo como o atual, mas com um perfil mais de estadista, com mais diálogo com a Nação e a República.

Werneck - É. Eu acho que sim. Um sujeito conservador tem mais esse... Ele treme com o Estado. O outro, o Fernando Henrique, não treme. Ele é um "Cavaleiro da Fortuna". Só aproveitou a oportunidade e pegou o cavalo selado que passava. O conservador vem treinando o cavalo dele há muito tempo...

Proposta – E fez a grande jogada que foi fazer essa coalizão...

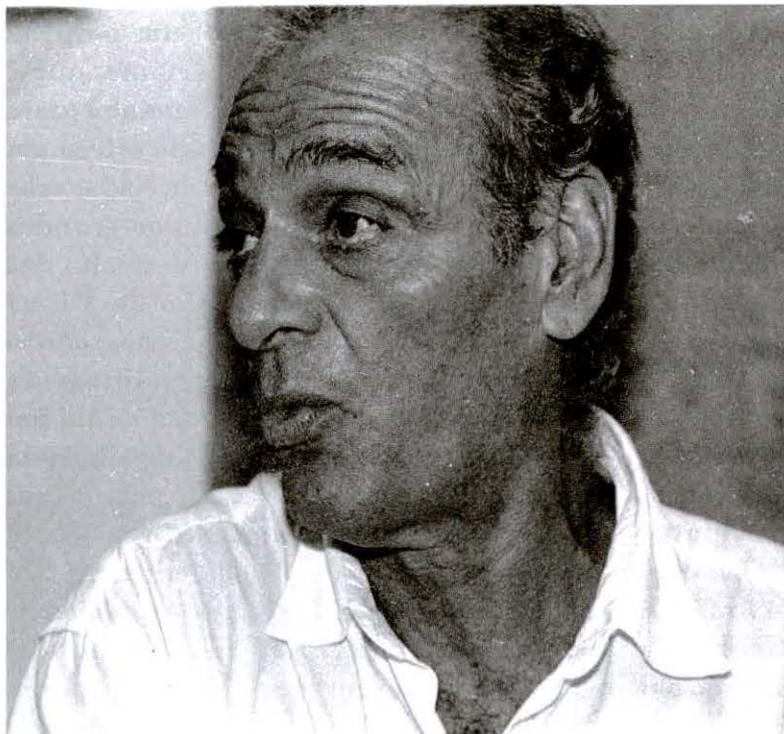
Werneck – O Antônio Carlos Magalhães dedicou uma vida para ter poder. Não é uma pessoa que viu um cavalo passar na frente de casa e montou. É diferente. Mas, voltando à

questão do governo e da oposição. Acredito que quando o Presidente recebe o Lula logo após sua posse, ele está sinalizando para a sociedade, primeiro, de que a oposição pode vir a ser governo no futuro. E, segundo, meu projeto é declinante, estou governando o declínio dele. Daí, o ACM ter dito no dia da posse, na cara do Fernando Henrique, que um homem que é incapaz de vencer a diversidade não é digno do dom da vida. O ACM podia dizer isso porque perdeu o filho. Acho que o diagnóstico que está se confirmando lá é que esse caminho não deu certo. Por outro lado, falta é a generosidade intelectual, política e moral do estadista que perdeu e chama o outro. Chamasse o Antônio Hermírio! O que quê tem o Antônio Hermírio? Um homem de 70 anos! Chamasse o mundo da produção. Mas, como antes com os Sem-Terra, tinha que chamar na primeira hora. Eu estive com o Presidente logo depois do Eldorado dos Carajás. Ele chamou um grupo de intelectuais para conversar. E ficou claro, já contei isso para várias pessoas, que ele achava que os Sem-Terra era um movimento de conspiração. Ele não tinha visto o tamanho, a envergadura do Movimento dos Sem-Terra. Chamasse os camponeses e montasse uma comissão dentro do Estado. Isso é o que um Getúlio, um Juscelino teriam feito. E não ficar numa postura de “incorporo, mas não te seleciono. Vou te comer pelas bordas”, que é esse pequeno estilo de política que está sendo praticado. Não chama o Antônio Hermírio, mas chama o Lafer que é primo do outro, que foi da Metal Leve. Mas que não é nada, um intelectual que escreve umas coisas complicados sobre temas complicados.

Como ele vai operar, eu acho que não nos interessa. Interessa é como nós vamos operar. O caminho está posto. Ele já foi divisado nas últimas eleições com as coalizões de centros-esquerda que se organizaram em alguns lugares. Esse caminho vai ser aprovado, está sendo aprovado. E ele tem um lugar de

aprofundamento óbvio, com um peso na política brasileira muito importante, que é Minas Gerais. É claro que esse caminho passa também por São Paulo. São Paulo sofreu um abalo com a doença do governador. Não se sabe se ele voltará a se mobilizar por grandes ambições na vida política. O desfecho das eleições em São Paulo e o peso do PT na derrota do Maluf foram questões muito dependentes das motivações políticas do governador. Não era uma questão de sai um governador, entra outro. Aquilo dependia da biografia pessoal do Covas. Eu pelo menos interpreto assim. Mas, enfim, inclui São Paulo e um pedaço importante das elites de São Paulo. As possibilidades para se instaurar uma nova correlação de forças estão dadas. O projeto governamental perde força, perde substância e a idéia da alternativa é jogada para a sociedade trabalhar. Como é que a oposição tem que fazer isso? Do jeito que vem fazendo. Evidentemente com muito mais audácia, muito mais imaginação, muito menos preconceito. Formular efetivamente um processo de saída para o país.

A reafirmação do projeto brasileiro como um projeto republicano tem uma importância muito grande para este canto de mundo que a gente está. Tem importância para o Mercosul. Tem importância para as relações com outros países de economia e situação semelhante à nossa. O Brasil pode exercer uma enorme liderança mundial, tem tudo para isso. Não tem um conflito interno forte, é um país pacificado, com instituições democráticas cada vez mais se consolidando e se aprofundando. É um país com tradição em parlamento, com tradição de sindicalismo. Um país que encaminha muito bem a questão religiosa e que vem encaminhando cada vez melhor a questão racial. Tudo isso é um patrimônio político, econômico, cultural, moral. O que está faltando é representação política. É colocar essa república no mundo.



que se resolveu na França? Na Itália? Pela inclusão. Vamos ver agora na Alemanha com o novo governo social democrata. Se a Alemanha admite a cidadania baseada no território, grande parte dos imigrantes vai passar a ter nacionalidade alemã, mudando radicalmente a composição do povo alemão, ao contrário daquela velha Alemanha do *volk geist* (espírito do povo). O ator aristocrático, o grande herói, o Hércules, o salvador, esse ator cada vez mais parece uma crônica de museu. Podemos dizer até infelizmente, porque estas figuras exemplares são educativas. Nosso mundo é um mundo toquevilliano mesmo, é um mundo do grande número, da

Especialmente em relação à União Européia, que protagoniza uma nova polaridade com o império americano. Porque com o império americano está visto que não há possibilidade de democracia continuada no mundo. Não há. O império americano é, não no sentido do imperialismo tradicional, mas da pax americana, da hegemonia americana, uma presença deletéria, uma presença desorganizadora, uma presença antidemocrática.

Proposta - E você acha que existe espaço ainda no mundo para o Brasil?

Werneck - Eu acho. O meu registro sobre o que se passa no mundo, é um registro que identifica que o grande número continua como no passado, no sentido positivo, isto é, no sentido de alargamento da tendência à democratização social e à democratização política. Estas são as marcas do passado e que vão continuar para frente. A questão dos imigrantes, por exemplo, se resolveu como, pela exclusão ou pela incorporação? Como é

incorporação crescente das massas. Eu conheço os riscos desse discurso, que é muito otimista. Mas é importante identificar as grandes correntes do pensamento contemporâneo em termos de como elas se colocam a questão da democracia. Todas numa chave positiva. Quem é que está operando no sentido de "vamos fechar as porteiras"? A civilização heróica de um Nietzsche, de um Heidegger? Quem defende isso? Mesmo quando há quem o faça, não chega à política, não chega à sociedade, não tem capacidade de mobilização. A grande moeda corrente do nosso tempo são o diálogo, a persuasão, os movimentos de incorporação, a democracia.



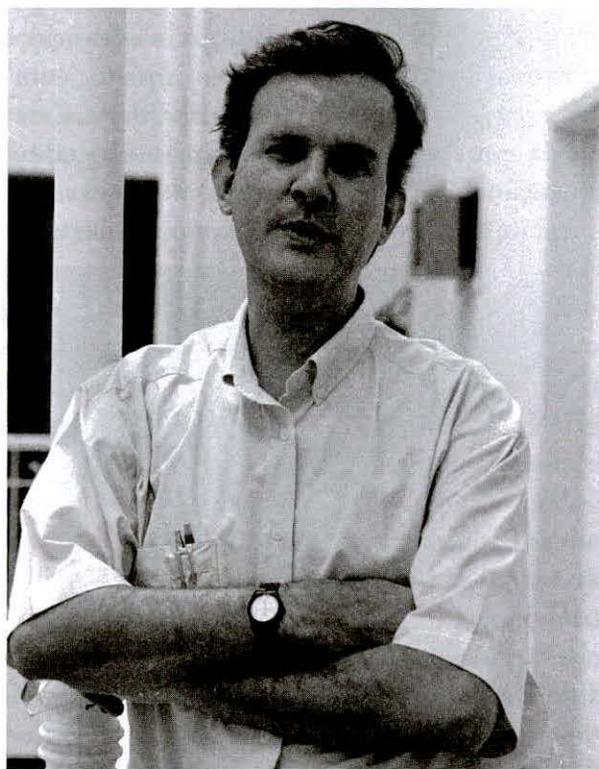
Assine **Proposta**

Tel: (021) 286-1441

Fax: (021) 286-1209

E-mail: sveiga@fase.org.br

entrevista



Adalberto Cardoso*

*Phd em Sociologia pela USP, Professor e pesquisador do IUPERJ e Autor do Livro A Trama da Modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil. Revan, 1999.

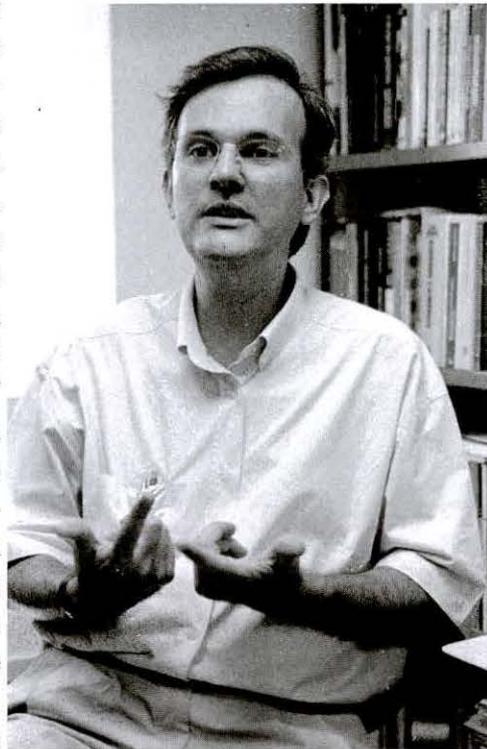
Proposta - Qual é o peso do sindicalismo como ator coletivo no processo democrático brasileiro recente.

Adalberto - Nos últimos vinte anos, o movimento sindical teve um papel central no processo inteiro de democratização do Brasil. De vários pontos de vista: apressou a queda da ditadura, foi o lugar de construção de vários projetos de modernização do Brasil, de superação dos legados autoritários e mesmo colonial. Foi um lugar privilegiado de construção de projetos do país. O movimento sindical forçou a democratização numa certa direção. A partir de 78, 79, não tinha mais volta. Os trabalhadores nas ruas forçaram a democratização a partir daí até 83, 84. O movimento das "Diretas Já" deve muito a isso. O fim da ditadura, ainda que sob o colégio eleitoral, e a organização da sociedade civil devem muito a isso. A configuração de forças na cena pública brasileira nos anos 80 deve muito ao movimento sindical. Não dá para pensar a transição no Brasil nos anos 80 sem ser via CUT, por exemplo, que constituiu-se efetivamente como ator autônomo, independente, com projetos nacionais. Eu diria que o movimento sindical teve um papel fundamental central durante todos os anos 80.

Proposta - Você acha que esse momento se esgotou com a eleição de 89?

Adalberto - A eleição de 89 foi um golpe muito duro do qual o movimento sindical levou um tempo grande para se refazer. Na

candidatura do Lula eu não digo que houvesse um projeto acabado, mas se sabia o que não seria feito em parte. Sabia-se que não se governaria para os bancos, para as multinacionais, mas não se sabia o que deveria ser feito para alcançar um país menos desigual, menos injusto, com um governo para e dos trabalhadores. Certamente havia uma carga monumental e até emocional de esperança numa alternativa a tudo que o Collor representava em parte, e ao que todas as outras



forças do espectro político naquela eleição representavam. O Quéricia, o Brizola, etc. O Lula certamente era o pólo em termos de ação política renovadora. E a parte mais importante, mais organizada do movimento sindical investiu tudo ali. Eu estou dizendo CUT, mas não só, ela e todas as forças políticas que estavam dentro da CUT ou que se aliaram com ela. A derrota foi um golpe muito duro, não só pelo fato da derrota em si, porque faz parte da esquerda ser otimista, "quem sabe daqui a quatro anos", mas pelo que veio. O Collor fez uma coisa nos dois

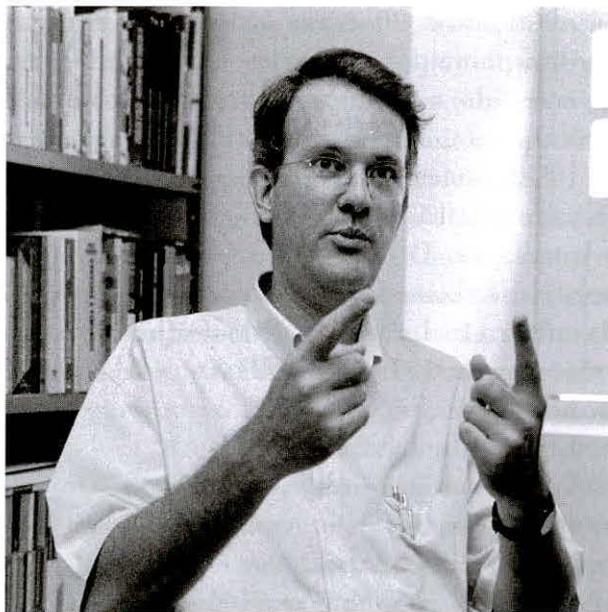
primeiros anos de governo dele que o Pinochet levou 15 anos para fazer no Chile, que é desestruturar inteiramente os projetos alternativos. O interregno do Itamar não foi suficiente para reverter a situação. Ele suspendeu as coisas, mas foi um interregno. Se você olha na década 80, foi um tempo muito curto. Não deu tempo para o movimento sindical tentar propor alguma coisa que não fosse o que acabou prevalecendo: o mercado como uma alternativa sem saída.

Proposta - Você acha que nesse interregno do Itamar poderia ter havido

alguma postura diferente por parte do movimento sindical ou do PT? A sensação que se tem é que a avaliação foi na base do: “Olha, nós vamos só esperar acabar esse governo, porque nós vamos vir com tudo na próxima eleição”.

Adalberto - Tinha isso, por parte do PT, não há a menor dúvida. Por parte da esquerda tinha isso: “esse projeto fracassou, o Collor era corrupto, a coisa do mercado não dá”. Havia, sem dúvida, essa esperança, quer dizer, a expectativa de que o Itamar era um tampão e daqui a pouco a gente iria assumir. O Itamar, com o negócio do Real, da URV, atropelou esse projeto. Havia essa esperança e a tática adotada pelo PT durante muito tempo de ser incapaz de jogar com o centro. Todos os partidos de esquerda do mundo aprenderam a jogar com o centro, porque de alguma maneira você ganha a eleição é com o centro. Em qualquer parte do mundo sempre foi assim, a esquerda, com algumas exceções nos anos 40/50, mas aí por causa da guerra, por causa do ápice da guerra fria, quando alguns partidos social-democratas de esquerda chegaram ao poder sem mostrar uma composição muito explícita. Mas isso é exceção na História. A composição com o centro é necessária. O PT agora é que está percebendo isso. A necessidade de uma composição que se aproxime do que os americanos chamam de “o eleitor médio”, que é o eleitor que ganha a eleição. E, em política, o PT está chegando a essa conclusão. Não acho que tardiamente, acho que no tempo certo. Isso, do lado da política.

Do ponto de vista sindical, eu diria o seguinte, os anos 90 apresentaram para o movimento sindical do Brasil uma mudança completa. A chave mudou. Os anos 80 foram muito favoráveis ao movimento sindical com a alta inflação, desemprego muito baixo, 3%, 4%. Em termos mundiais, por exemplo, nos Estados Unidos, um desemprego de 3% é praticamente



um desemprego residual. No Brasil não, porque você tem muita informalidade e se trata de um desemprego aberto. Mas, para todos os parâmetros é um desemprego baixo. Havia ainda um grande autoritarismo nas relações do trabalho. Desemprego baixo, inflação alta, e relações de trabalho muito predatórias. E além de tudo você tinha uma transição do autoritarismo para a democracia. O movimento sindical, reprimido durante muito tempo, se reorganizou muito rapidamente com a construção das centrais sindicais. Havia assim uma evolução e condições nos anos 80 que facilitavam, por exemplo, o discurso guerreiro da CUT, quase contestatório: você não negocia nada com ninguém, você faz greve, e usa a greve como arma principal não só de negociação mas também de concentração dos trabalhadores contra a exploração capitalista. A conjuntura crítica dos anos 80 foi muito favorável a esse tipo de ação sindical. E com a inflação de 20, 30, 40% ao mês, você põe muito facilmente os trabalhadores na rua para repor perdas salariais. Você coloca muito facilmente os trabalhadores nas ruas também para melhoria das condições de trabalho, principalmente nas fábricas com regime predatório de gestão do trabalho.

Nos anos 90 essas coisas começam a mudar, principalmente depois do Real. Você inverte tudo: o desemprego começa a aumentar brutalmente, a taxa de desemprego aberto é de 10% numa cidade como São Paulo. Estamos falando de 10% de pessoas na miséria, sem ter o que fazer. Diferente do Rio. No Rio, as pessoas se viram de alguma maneira, faz parte da cultura trabalhista no Rio de Janeiro, essa coisa das pessoas se encaixarem de alguma

maneira. Mas em São Paulo não tem isso. Lá você bota 10% da população ativa na miséria. Então isso tem conseqüências brutais. Por outro lado, não há mais inflação. Você não convence mais e não coloca ninguém mais na rua em greves para repor 2,0%, 1,5% de inflação anual numa situação com o desemprego em 10%. Você tem, ao contrário dos anos 80, uma tendência à democratização das relações de trabalho. Ou seja, a reestruturação produtiva passa pela construção de programas de controle de qualidade que

transferem para dentro das empresas as soluções dos problemas cotidianos miúdos que são lugar de conflitos muito intensos. Conflitos com gerência, com trabalhadores iguais por cargos de trabalho, por condições de trabalho, por remuneração, etc. São situações muito conflitivas. E você cria dentro das empresas lugares para resolver esses conflitos.

Você não tem mais as condições materiais, como você tinha nos anos 80, para o tipo de ação sindical que então se consolidou: agressiva, de porta de fábrica, grevista, não negociadora, que negocia retaliando, que retalia e depois negocia. O sindicalismo brasileiro mais importante, a CUT, demorou

muito a perceber essa mudança. Demorou muito a propor coisas do tipo sindicato cidadão, uma ação sindical que não seja exclusivamente direcionada para as questões trabalhistas. Isso está mudando muito lentamente. De qualquer modo, nos anos 90, o movimento sindical perdeu o seu lugar central na cena pública brasileira. Isso não quer dizer que perdeu o seu lugar na cena brasileira. Essa é uma confusão comum, tanto

na mídia como até mesmo entre os analistas do movimento sindical, que eu acho uma leitura equivocada.



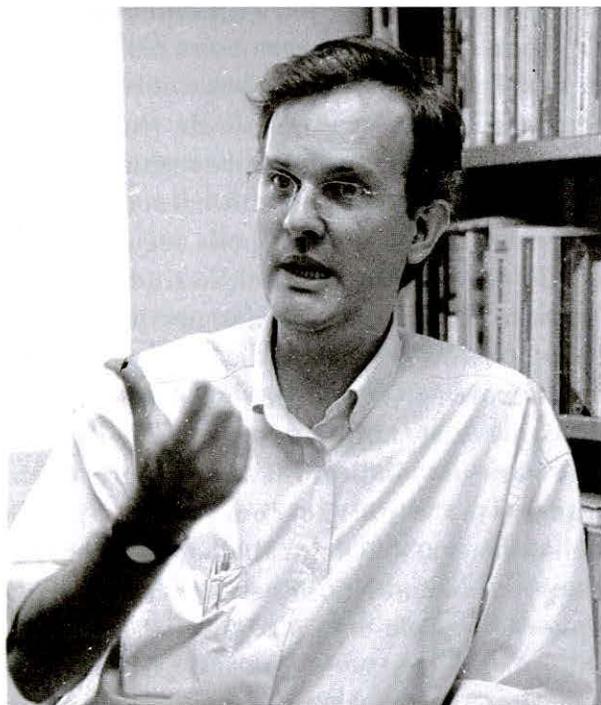
Proposta – A gente tem falado muito em torno da CUT que é a central principal. O que surgiu de proposta alternativa como a Força Sindical, obteve algum tipo de êxito? A Força Sindical saiu com um discurso tipo: “Nós somos diferentes, nós vamos dialogar mais”. Pelo menos do ponto de vista da percepção parecia que eles detectaram esse

momento de inflexão do movimento sindical antes do que a CUT. Você acha que eles obtiveram êxito?

Adalberto - Não porque tem uma coisa sobre a natureza das centrais sindicais no Brasil que as pessoas não levam muito em conta: as centrais sindicais não negociam contrato de trabalho. Quem negocia o contrato de trabalho no Brasil são os sindicatos. Eles é que têm o monopólio da representação. Então, não adianta uma central sindical dizer “nós negociamos mais do que a outra. Nós somos mais agressivas, mais aguerridos do que a outra”. As centrais sindicais no Brasil só têm

condições de recuperar o papel que tiveram nos anos 80, se mudar a legislação e elas tiverem o poder de contratação pelo trabalho, e se for instituído alguma coisa do tipo contrato coletivo de trabalho, ou coisa do gênero, negociado pelas centrais sindicais. Do contrário, o papel político que elas tiveram nos anos 80 não poderá ser recuperado. Nos anos 80, como é que as centrais atuaram, dado que não podiam contratar pelo trabalho? O que as centrais sindicais fizeram? Barulho. E era isso que elas tinham que fazer mesmo. A CUT, muito mais do que as outras, funcionou quase como um partido político, ou seja, como centro de constituição de identidade política. Por quê? Porque a CUT não podia atuar como um sindicato, então tinha que atuar com um discurso identitário é claro: “somos tal coisa, queremos fazer tais coisas, temos tantos sindicatos afinados conosco”.

As centrais sindicais tiveram que articular um discurso, quase um discurso político de arregimentação de adeptos. “Nós somos socialistas, nós somos contra o capitalismo, nós somos isso, nós somos aquilo. Quem quer?”.

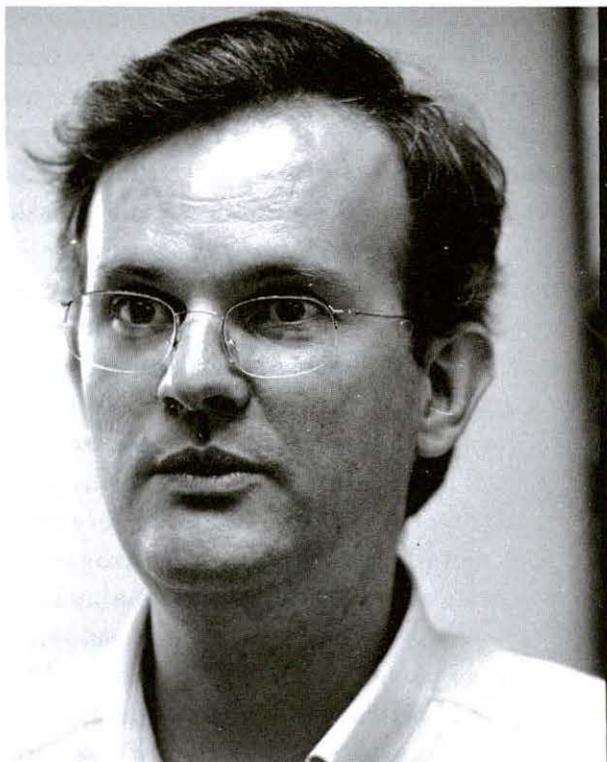


E foram para a arena pública como organizadores de uma identidade desse tipo. Nos anos 90, quando acaba esse negócio e cai o socialismo real, não se tem mais um projeto alternativo muito claramente delineado. As esquerdas perdem o campo de construção de projetos alternativos. Por outro lado, o espectro político está cada vez mais organizado no Brasil e os partidos políticos estão cada vez mais organizados. O PFL e o PPB são partidos muito poderosos, muito bem armados. O PMDB, apesar do seu caráter multifacetado, é um partido político que você sabe bem avaliar. Você sabe que uma metade vai com o governo e a outra metade vai contra por razões que variam, mas não importa, você sabe avaliar. Você tem o PT, você tem o PDT. Em resumo, há um espectro partidário muito mais organizado hoje do que há 10 anos atrás. É natural que a arena política passe a ser muito mais organizada em torno dos partidos e não das centrais sindicais. A CUT ocupou um espaço nos anos 80 que está cada vez menos possível de ser ocupado por uma central sindical hoje.

A possibilidade da CUT ou da Força Sindical ou de qualquer uma das centrais que estão aí hoje aumentarem o seu espaço de atuação é mudando a legislação trabalhista e transferindo às centrais a possibilidade de contratação pelo trabalho.

Proposta - O que você está chamando de contratação pelo trabalho?

Adalberto - Por exemplo, hoje o departamento da CUT dos metalúrgicos negocia por alguns sindicatos de metalúrgicos um contrato que passa perto de um contrato nacional, sindicatos de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, etc. Só que na hora de firmar o contrato quem tem que firmar são os sindicatos. É muito diferente de ser a Central Sindical com poder de contratação. Neste caso, os trabalhadores se



filiariam a ela ou ao departamento de metalúrgicos da CUT. Então o trabalhador da Bahia, o trabalhador de Campinas, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro seriam filiados não aos sindicatos locais, ou eventualmente até aos sindicatos locais filiados à CUT, que não teriam mais poder de negociação individual. Quem iria negociar seria a CUT e isso seria referendado pelos sindicatos locais de outra maneira que não como a legislação obriga hoje. Você poderia ter um contrato coletivo dos metalúrgicos do Brasil, que a CUT assinaria junto com a Força Sindical. E o seu sindicato? Os filiados iriam referendar esse acordo que as centrais firmaram por delegação. Assim, estariam legalmente constituídas as centrais sindicais como negociadoras pelo trabalho. Hoje em dia, as empresas aceitam a negociação da CUT por quê? Porque facilita muito a vida, mas legalmente elas poderiam não aceitar. Senta lá qualquer pessoa do departamento de metalúrgicos para negociar e as empresas podem não aceitar porque isso por lei não

existe. A formalização da contratação pelo trabalho seria um certo tipo de apoio legal que permitiria, por exemplo, que a CUT dissesse “Não, a partir de agora nós vamos firmar um contrato nacional de trabalho coletivo”. E a CUT sentaria para negociar esse tipo de coisa. Hoje em dia, se ela fizer isso qualquer sindicato do Brasil pode dizer “Não”, porque ela não tem poder legal nenhum.

Proposta - Quer dizer, isso implica numa reforma mesmo do regime de trabalho da CLT?

Adalberto - Exatamente.

Proposta - Isso significa uma perda de direitos? Colocando de outra forma. A sensação que dá é que tanto os partidos de esquerda, particularmente o PT e o PDT, como a CUT encaram muito como sua a tarefa de defender direitos que estão na CLT. Você não vê muitas coisas propositivas no sentido de alterar isso.

Adalberto - Dá para entender, porque são coisas diferentes. Uma coisa é a CLT que regulamenta os sindicatos, outra coisa é a CLT que regulamenta o contrato de trabalho. O movimento sindical no Brasil é regulamentado de uma maneira que é autoritária, é uma excrescência. Você ainda pode seguir a risca a CLT para controlar a eleição sindical, para impedir que greves ocorram, porque se você segue a risca a letra da lei, diz lá a Constituição que a greve é livre etc e tal, nos termos da lei. A lei que existe hoje de greve é a CLT e ela diz que para um sindicato fazer uma greve tem que avisar o patrão com “x” tempo de antecedência, 80% dos trabalhadores têm que estar na assembléia, a assembléia tem que aprovar em maioria absoluta e assim por diante. Há tantas regras na CLT para se decretar uma greve que a greve é indecretável.

E essa é a única lei vigente hoje. Obviamente que ninguém olha para isso, mas qualquer recaída autoritária basta para aplicar essa lei.

Outra coisa é a CLT que organiza os contratos de trabalho no Brasil. Esse é que é o “x” da questão. A CLT diz, por exemplo, que você não pode contratar menores de 14 anos de idade. Ela diz que a jornada de trabalho é de 48 horas e a Constituição abaixou para 44 horas. Então, temos uma instituição normativa da CLT que é de 44 horas, logo a jornada de trabalho é 44 horas. Hora extra é paga em “x”, mulher gestante tem licença de 120 dias, etc. Isso é a legislação, esses é que são os direitos. Isso é conquistado? Alguma coisa foi conquistada, outras foram doação pura e simples de Vargas entre 33 e 43, mas muita coisa foi conquistada ao longo da luta sindical nos anos 50 e 60 basicamente. E muita coisa foi sendo incorporada a partir das negociações coletivas via jurisprudência nos anos 80. Novos direitos. Esses direitos da CLT é que o movimento sindical diz que não se pode mexer. Você não pode flexibilizar jornada de trabalho. Você não pode dizer que algumas empresas podem trabalhar em 48 horas. Dizem isso mas fazem outra coisa. Os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, do ABC, sindicato dos bancários, etc. está todo mundo negociando jornada flexível porque tiveram que se haver com uma realidade muito adversa. Mas não se pode mexer na questão da mulher gestante, nos garotos que vão prestar serviço militar e em vários direitos que estão na CLT. A CLT tem outras coisas que as empresas não podem mexer internamente. Por exemplo, salário igual para trabalho igual. Não pode ter diferença salarial para uma mesma função. Isso vale para homens e mulheres, mas não só. Isso vale para trabalhos numa mesma seção, por exemplo. Não se pode reduzir salário nominal do trabalhador. As empresas se batem muito quanto a isso. Por quê? Não pode transferir, por exemplo, um

trabalhador de uma seção para outra onde lá se ganha mais ou se ganha menos. Depois de um mês, esse trabalhador que ganha mais ou que ganha menos pode pleitear um salário novo, mais alto. Se ele ganha mais, todos os outros podem pleitear o salário dele. Esses são direitos que são reputados como enrijecedores do mercado de trabalho. Reduzem o poder de manobra nas empresas para a gestão do trabalho. São direitos que estão na CLT.

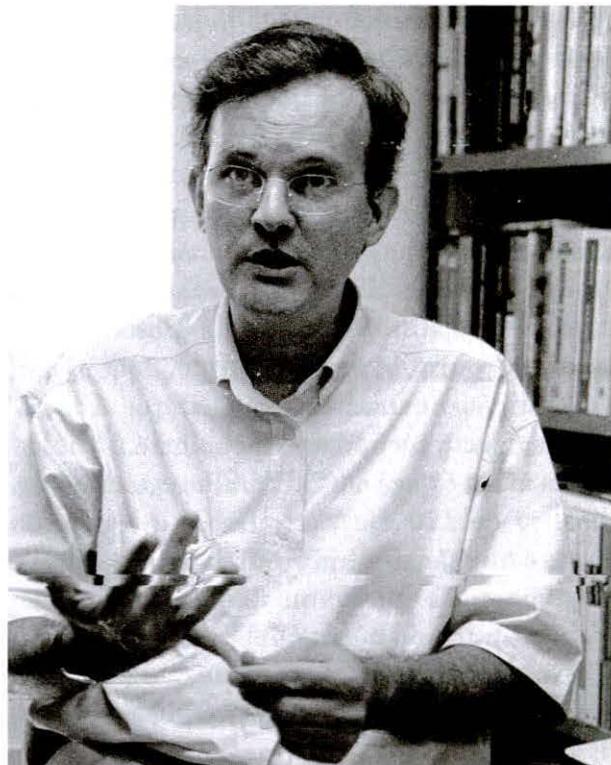
Isso é muito diferente dos direitos que não estão na CLT, mas que estão, por exemplo, em contrato de trabalho. Muitos contratos de trabalho no Brasil reproduzem literalmente termos da CLT. São coisas que são sobrevivência do começo dos anos 80. O que fez a maioria dos sindicatos? Eles tornaram a letra da CLT parte dos contratos coletivos porque as empresas não estavam respeitando a lei. Era uma forma de se obrigar as empresas a respeitarem a lei ao fazê-la constar num contrato coletivo, abrindo a possibilidade de recursos à justiça trabalho, via contratação coletiva. “Não estão cumprindo o contrato” e daí bota no pau.

Assim, há direitos e, entorno da CLT, há uma coisa que se chama Justiça do Trabalho que regula tudo isso e que, por sua vez, está ancorada na CLT, que lhe dá direito de resolver conflitos de interesse. O que é isso? Patrões e trabalhadores sentam para negociar quando chegam a um impasse. Mas não em relação a direitos. Não! E sim em relação a interesses. Ou seja, em relação a quanto de aumento de salário os trabalhadores vão ter, qual a participação nos lucros que vão receber, o quê vai se mexer com relação às condições de trabalho, tal coisa, tal outra. Isso são conflitos de interesses que estão medindo quanto capital e trabalho vão tirar para si do que é produzido socialmente. A CLT dá à Justiça do Trabalho o poder de julgar esses conflitos, além dos conflitos de direitos relativos à letra da lei: jornada de trabalho, salário, hora extra, etc.

São 3 coisas totalmente diferentes e que é preciso separar. A CLT que regula os sindicatos, a CLT que regula os conflitos de direitos e a CLT que regula os conflitos de interesses. Onde é que se tem que mexer? Do meu ponto de vista, na regulação dos conflitos de interesses e na regulação da estrutura sindical. Na regulação dos conflitos de direitos não tem que mexer. Nos conflitos individuais, o trabalhador tem que ter um lugar para recorrer no caso dos patrões descumprirem a lei. As relações de trabalho são predatórias no Brasil. Os empresários não respeitam as leis trabalhistas básicas. Então é necessário ter um fórum qualquer para fazer cumprir a lei. Aqui no Brasil, tem que ter a Justiça do Trabalho. Não adianta dizer que é um fórum tripartite, coisa e tal, porque isso não existe. É uma sociedade ainda muito pouco organizada desse ponto de vista e a Justiça do Trabalho tem um papel a cumprir nesse aspecto. Mas não tem porque regular a organização sindical e os conflitos de interesses. Ou seja, a Justiça do Trabalho não pode ter poder normativo sobre esse conflito.

Entretanto, uma das mudanças que está em curso no Ministério do Trabalho, e que, se não me engano, parte de uma sugestão do José Pastore, é de se usar em relação aos conflitos de interesses a sentença arbitragem. O juiz escolheria uma das duas alternativas em disputa. Se os trabalhadores pedem 30% e os patrões oferecem 2%, o juiz não pode arbitrar um meio termo, tem que escolher uma das duas. Então, segundo o Pastore na sua racionalidade de economista, isso vai obrigar as partes a serem razoáveis. Porque, se os trabalhadores pedem muito, eles correm o risco de não ter nada e, se os empresários não oferecem nada, correm o risco de ter que dar muito. Então, isso vai obrigar os agentes a uma atitude razoável de negociação e não recorrer à justiça. Vai forçar alguma coisa que não seja o recurso a justiça.

Os dados disponíveis para o final dos anos 80 e começo dos anos 90, que são os últimos do



censo sindical, entretanto, mostram o seguinte: só 11% de todas as negociações dentro do Ministério do Trabalho no Brasil foram a litígio. Destas, somente 5% foram resolvidas por sentenças normativas. Quer dizer, a sentença normativa da Justiça do Trabalho é residual como aspecto da negociação do contrato de trabalho. Isso quer dizer o quê? Que cerca de 75% de todos os recursos da Justiça do Trabalho foram resolvidos por acordo. Isso significa que capital e trabalho recorrem à justiça em busca de um mediador e não em busca de um árbitro com poder de arbitragem de uma sentença qualquer. Isso é compreensível numa situação onde o capital e o trabalho não têm uma história, uma prática de negociação. E quem não tem uma prática de negociação não constitui profissionais de negociação, mecanismos de apoio para negociação. Tudo isso é uma engrenagem que tem que ser construída lentamente no percurso dos confrontos entre capital e trabalho.

Por que os sindicatos mais poderosos do Brasil são hoje grandes mestres da negociação? Eu estou pensando tanto os metalúrgicos de

São Paulo quanto os metalúrgicos do ABC, nos bancários de São Paulo e nos bancários do Rio de Janeiro, ou nos petroleiros. Grandes sindicatos muito poderosos que construíram na prática de confronto com o seu oponente, Estado ou Capital, não importa, estruturas de negociação muito sólidas. Em 92, usando o mesmo banco de dados relativo às informações sobre a negociação na Justiça do Trabalho, 18% dos sindicatos no Brasil tinham delegados sindicais estáveis ou membros de comissão de fábrica. 18% de 11.000 sindicatos. Isso é muita coisa num país que não tem legislação de apoio para organização de base.

Proposta - O que você está dizendo é que a estrutura sindical, num certo sentido, é mais moderna do que a lei e do que a estrutura patronal?

Adalberto - Sem dúvida. A CLT não legisla mais sobre a prática sindical no Brasil há muito tempo. A prática sindical é muito mais moderna do que a lei permite. A lei, por exemplo, se cala sobre a regulamentação do local de trabalho. E você tem a construção de uma normatividade paralela, via contratos coletivos em 18% dos sindicatos do Brasil que têm delegados sindicais ou agentes de comissão de fábrica estáveis. Isso quer dizer que está em contrato coletivo de trabalho. Outros trinta e tantos por cento dos sindicatos têm delegados sindicais instáveis, ou seja, não são reconhecidos oficialmente, mas existem. A lei diz que o dirigente sindical não pode ser demitido um ano antes ou um ano depois do término do seu mandato. Quando você estende isso para um delegado sindical, você está criando uma legislação própria. A lei extravasa muito a CLT. A CLT não legisla mais sobre a prática sindical no Brasil. Isso é um fato.

Voltando à questão da negociação. Ela é uma prática que cria os seus próprios agentes no tempo. A Justiça do Trabalho não é mais

utilizada como árbitro nos confrontos entre capital e trabalho. Quando ela é chamada, é como mediadora e isso é cada vez mais residual. Ou pelo menos era muito residual em 92 e vinha caindo.

Proposta - Existe uma ideologia aí de se buscar de fato desqualificar direitos adquiridos e obter ganhos em cima de direitos?

Adalberto - Certamente. Dentro da idéia de flexibilização do mercado de trabalho botam tudo. E no fundo, o que querem é reduzir o custo do trabalho.

Proposta - E esse custo é muito alto?

Adalberto - Não, é muito baixo. Isso é um outro mito da discussão que é alimentado principalmente pelo Pastore. Porque ele tem um espaço muito grande na mídia no Brasil, ele escreve dois ou três artigos por mês para o Estado de São Paulo, por exemplo. E ele passou seis meses praticamente escrevendo o mesmo artigo, dizendo que o custo do trabalho no Brasil é 102% do custo da folha de pagamento e tudo mais. Ele teve um papel fundamental nisso.

O Ministro do Trabalho que saiu agora, o Eduardo Amadeo, já tinha mostrado, em 93, apesar do Pastore, que o que é custo trabalhista mesmo desses 102% (tem mesmo 102% a mais, só que isso é uma conta meio capciosa, já vou contar porque), é o imposto que a empresa paga de INSS, etc., é coisa de 22%. O resto é renda do trabalho. Não é encargo trabalhista, é renda. A idéia de encargo trabalhista remete ao quê? Remete a quanto custa, além do que você paga de renda do trabalhador, quanto custa para mantê-lo, em termos de impostos, etc. No Brasil, a renda não pode ser computada só como o salário nominal que o trabalhador ganha no final do mês menos os impostos. O salário real que o trabalhador ganha é aquele salário que

ele recebe no contracheque mais os 8% que são depositados para ele no Fundo de Garantia, ao qual ele vai ter acesso quando for demitido, mais os 40% de multa em relação a isso que ele terá acesso também quando for demitido. Isso é renda que ele não está tendo acesso no mês, mas talvez ao final de 4 ou 5 anos de contrato de trabalho, e que ele recebeu durante todo o período. E daí você tem que dividir isso pelos meses para saber de fato o que ele ganhou mês a mês. Isso aí o Amadeo provou em 93 e calouse quando foi para o Ministério do Trabalho. Ele mostrou que desses 102%, 78% são renda e não encargos trabalhistas.

Neste mesmo texto, ele diz que mesmo essa renda dobrada era mais baixa, em 1993, do que em Taiwan, do que no México. Em Taiwan!!! Sabe o que é isso?! Taiwan na época era a Meca do trabalho semi-escravo. E o Brasil estava ali empatado com Taiwan, abaixo do México que é um dos piores salários. Se você retira essa parte que é renda, não é encargo, você tornaria a situação ainda pior.

O que está em questão é a idéia de transferir renda do trabalho para o capital sob a alegação de que os capitalistas no Brasil estão pobres e estão precisando de dinheiro para investir.

Proposta - E que isso vai gerar mais postos de trabalho.

Adalberto - Vai criar emprego porque vão investir. Exatamente. Há uma teoria econômica que você diz que para você ter um choque você tem que ajustar de alguma maneira. Ou você ajusta pelos salários ou você ajusta pelo emprego. Ou seja, ou vai cair o salário ou vai aumentar o desemprego. Numa recessão, uma coisa ou outra tem que acontecer porque dado a uma taxa "x" de dinheiro na economia não tem como acontecer as duas coisas. Você não pode ter salário alto e desemprego baixo, isso não é possível numa situação de crise. Assim diz a lei do equilíbrio

econômico. O raciocínio é mais ou menos o seguinte: "Dado que nós não queremos desemprego porque desemprego faz a gente perder eleição," (a conta não é que o desemprego torna as pessoas miseráveis, a conta aqui é que com o desemprego eles perdem a eleição, a conta dos políticos é essa e essa é, em parte, a tragédia brasileira) "dado que é necessário um choque e não queremos o desemprego, é preciso os salários". Isso é uma lei econômica básica. Isso está em todos os livros e textos de economia.

Proposta - Mas isso já se provou na prática em algum lugar?

Adalberto - A teoria econômica diz isso. Ainda que uns economistas provem que é assim e outros que não. A economia é uma ciência que é em parte dedutiva, prevê atores racionais e daí deduz certas coisas. Só que quando isso vai para a prática, para provar essa característica dedutiva a teoria econômica raramente é eficaz. Nós somos o laboratório dos economistas em geral. Só que isso custa caro para nós e não para eles, obviamente, que estão lá na redoma. Mas enfim, isso não importa muito.

O que está em jogo é reduzir o que se gasta com salários para que sobre mais dinheiro para investimento e se crie emprego, tendo mais empregados, fazendo com que a massa de salários cresça (não os salários individuais) e com isso você tem uma reativação do consumo. Só que a política econômica atual, já tem um tempo, é uma política de restrição tanto de consumo quanto de crédito e de crescimento. É um equilíbrio ao contrário, menos salário e menos consumo, menos tudo.

Proposta - Pelo que você está me dizendo, reforma tem que haver, reforma das relações de trabalho, das formas de contratação. Estas coisas, de alguma

maneira, estão acontecendo. Você vê alguma perspectiva positiva no horizonte?

Adalberto - Desse governo eu espero muito pouco. Eu espero algumas coisas positivas do lado das reformas, da legislação sindical. Porque já está sinalizado aí. Acabar com o poder normativo da Justiça do Trabalho, acabar com a unicidade sindical, com o imposto sindical são medidas demandadas pelo movimento sindical no Brasil desde a abertura. O fim da unicidade nem tanto, mas o fim do imposto sindical é uma demanda antiga da CUT. Hoje em dia, até a Força Sindical aceita isso. O fim da unicidade não porque a CGT é contra. Estou com o jornal da CGT aqui que diz o seguinte: "Em defesa do movimento sindical. Sim à unicidade sindical, sim à contribuição sindical, sim aos direitos e conquistas, sim ao emprego crescente e justiça social". E aqui adiante você lê: "Sim ao imposto e à unicidade". Então não é uma unanimidade. A Força Sindical é contra unicidade sindical por causa do sindicato de metalúrgicos de São Paulo. O Medeiros e c Paulinho temem, com razão, que isso vá esfacelar a base deles, o sindicato de Metalúrgicos de São Paulo. E de fato dá para entender. Agora, é um equívoco deles, eu creio, achar que isso vai esfacelar o movimento sindical, os sindicatos. Isso vai acontecer em parte, mas vai ter, por outro lado, um movimento de concentração. Eu tenho certeza disso porque não tem outra saída. Os sindicatos mais frágeis, que não têm capacidade de negociação própria, que recorrem à Justiça do Trabalho até porque existe isso, esses sindicatos vão ter que se grudar nos sindicatos mais organizados. Com o fim da idéia de unicidade acaba a idéia de que os sindicatos dos metalúrgicos negociam só com os metalúrgicos. Acaba essa idéia de que os sindicatos têm que ser de categoria. Obviamente que isso é válido para muitos casos. Mas tem lugares onde não é. Onde as federações con-

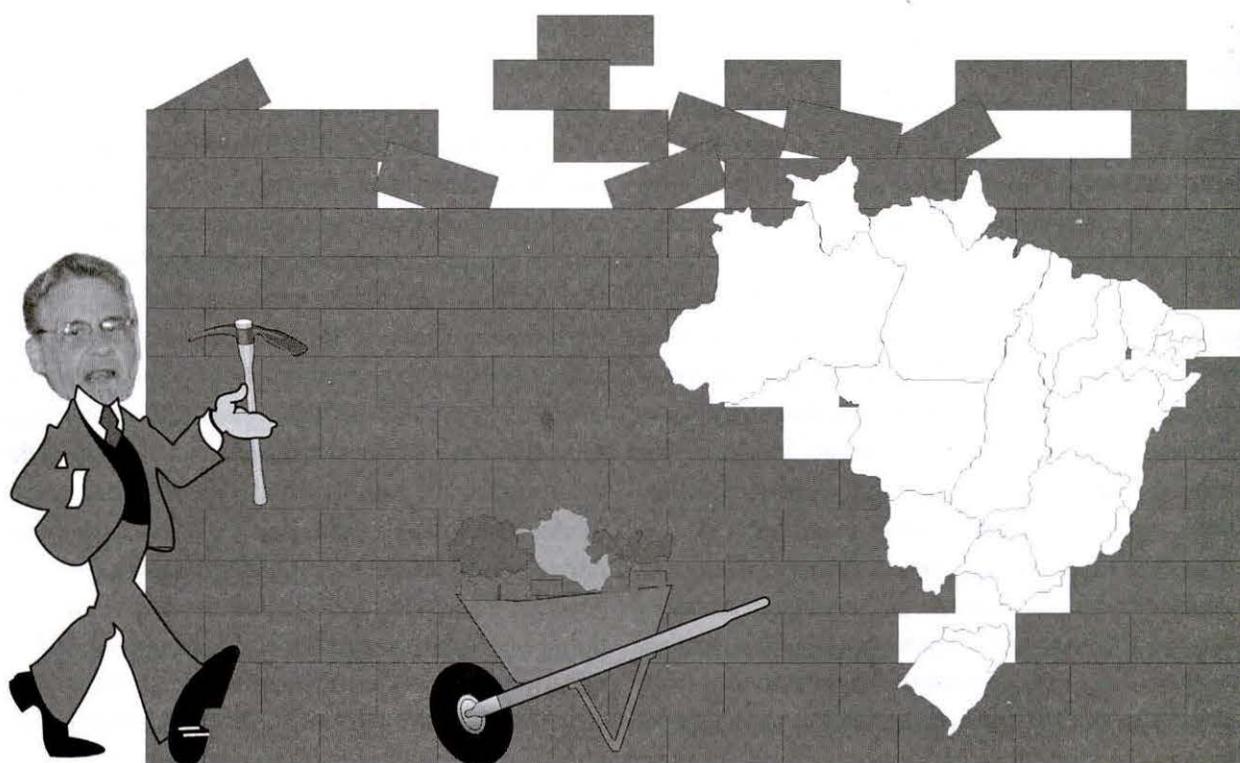
gregam diversas categorias. Então, existe, obviamente, a necessidade de que o sindicato dos metalúrgicos do ABC negocie pelo sindicato de plásticos, dado que você tem uma grande sobreposição, dentro das empresas, de categorias profissionais.

Dizem que, com o fim do imposto sindical, milhares de sindicatos vão desaparecer no Brasil. Vão mesmo. Isso é ruim? Eu não sei. Dizer que os sindicatos vão desaparecer não é a mesma coisa que dizer que as categorias na base desses sindicatos não vão ser representadas. Então desaparece o sindicato dos professores de Quixeramobim, isso não quer dizer que os professores de Quixeramobim não vão ser representados de alguma maneira. Pode surgir um sindicato nacional dos professores que vai centralizar a negociação federal, estadual, municipal. Podem surgir sindicatos estaduais de professores que vão centralizar... Isso muito provavelmente vai acontecer. Sindicatos muito fortes como a Apeoesp, em São Paulo, de professores, eu acho que são muito poderosos. Entre 300.000 professores, tem 150.000 filiados voluntários. Não tem imposto sindical. Vive da contribuição voluntária dos seus filiados. A possibilidade e a capacidade de atração de um sindicato desse tipo para professores do Paraná, Sul de Minas, porque não tem unicidade, não tem região, etc., é muito grande. Você tem a possibilidade de arranjos e de transferências de representação entre instituições que fica inteiramente aberta.

Acabar com a unicidade não é um problema em princípio. Vai ter uma pulverização? Vai. Grandes empresas vão fazer sindicatos próprios? Vão lutar por isso? Vão. A Volkswagen vai dar um passo rapidamente, GM também, para construir sindicatos corporativos. O que, aliás, é comum onde existe liberdade de ação sindical. Mas você vai ter movimentos de concentração na outra ponta. Vai dar uma mexida na estrutura sindical do Brasil, e isso é bom..

Crise Conservadora e Alternativa de Esquerda

*José Genoio**



* Deputado Federal PT/SP

A reeleição de Fernando Henrique Cardoso ainda no primeiro turno das eleições de 1998, paradoxalmente, coincidiu com o aprofundamento da crise brasileira e com uma visualização maior, por parte da opinião pública e de analistas, de que seu primeiro mandato foi um monumental fracasso. Finalmente começou a se dar crédito ao que a oposição e alguns poucos economistas diziam: o plano de estabilização do governo ancorado no câmbio sobrevalorizado e nos juros altos era insustentável. O governo estava vendendo uma grande fantasia que custaria caro à toda sociedade, mas, principalmente, aos trabalhadores e ao setor produtivo. A crônica da realização dessas advertências vem sendo escrita desde o término das eleições do ano passado até os presentes dias.

Em paralelo ao crescimento da crise, outro fato considerável da conjuntura é que as próprias eleições mudaram o cenário político do país. Se é verdade que a oposição não conseguiu provocar um segundo turno nas eleições presidenciais, que teve um crescimento moderado na Câmara, no Senado e nos governos estaduais e que os governistas constituem uma força majoritária no Congresso, não é menos verdade que a imagem do governo saiu trincada e a oposição, pelas suas propostas e críticas, saiu legitimada do processo eleitoral. Há outros três fatores relevantes que contribuíram para a mudança do cenário: a mobilização crescente dos trabalhadores ante o desemprego e a recessão; a mudança de postura da Fiesp, que saiu da condição de entidade do "amém" para adotar uma postura reivindicativa; e a crise dos estados, que colocou na ordem do dia a discussão do pacto federativo. O primeiro efeito dessas mudanças consistiu na formação de uma ampla coalizão informal de oposição à política econômica do governo. O segundo, consistiu em mudanças de parte da equipe econômica do governo e no abandono desorganizado da política cambial ortodoxa. Mas o aprofundamento da crise deixou evidente também o seu caráter político: o presidente Fernando Henrique não governa e o país está sem rumo.

O ponto de partida da esquerda em face do novo cenário que se inaugura a partir do resultado das eleições e do advento da crise deve consistir no balanço da experiência do período anterior, com o objetivo de corrigir erros e resgatar acertos. Acredito que o principal erro da oposição nos últimos quatro anos se localiza na sua incapacidade de constituir um bloco político reformador, capaz de propor alternativas às propostas conservadoras nas áreas da reforma do Estado, do modelo de inserção do Brasil no mundo globalizado, nas privatizações e no âmbito de uma ampla reforma social orientada para combater a exclusão, a falta de direitos e o desemprego. A inexistência desse movimento reformador despotencializou a esquerda, impedindo que ela liderasse parcelas sociais e políticas mais amplas em oposição ao bloco governista.

Mas, inegavelmente, a oposição evoluiu ao formular críticas pertinentes ao modelo conservador e ao propor algumas alternativas que se legitimaram no processo eleitoral. É preciso ter presente que a oposição enfrentou, no último período, uma maré montante de pensamento único e de arrogância governista, patrocinada por parte da mídia e por alguns analistas e comentaristas, que chegou a entorpecer a crítica intelectual, as manifestações de diferença e até a atividade de oposição. Em certo sentido, pode-se dizer que foi um feito a oposição de esquerda ter conseguido sobreviver nas eleições e se legitimar junto à opinião pública.

Quanto à tática da oposição em relação à crise, não se pode aceitar o velho ardid das elites em torno da idéia do "pacto nacional" supostamente salvacionista. Tornou-se recorrente na história do Brasil que, sempre que surgem situações de crise apela-se para os pactos. Esses apelos servem para diluir as responsabilidades e a culpabilidade dos erros políticos e administrativos. Em política, a identificação de responsabilidades é decisiva para que ela possa expressar algum conteúdo ético e para que as disputas possam ocorrer a partir de conteúdos e



postulados autênticos. A diluição das responsabilidades e da culpabilidade instaura o reino do oportunismo político e o jogo manipulatório da opinião pública. Por isso, a esquerda precisa explicitar suas críticas, fazer uma oposição contundente ao governo, mas sempre com a perspectiva de apontar saídas e soluções para o país. Formular críticas e fazer oposição é uma prerrogativa da fundação da autenticidade das diferenças em relação ao bloco governante. Apontar soluções e saídas é um imperativo da responsabilidade da oposição para com a sociedade e um meio para credenciar uma alternativa de governo.

Aprofundar o Programa de Reformas

A viabilização dessa tática crítico-propositiva implica no equacionamento de três grandes linhas de ação. A primeira se refere ao aprofundamento dos eixos programáticos alternativos ao modelo neoliberal. O programa de governo proposto nas últimas eleições já é um bom ponto de partida. Mas, acredito que é preciso definir melhor os

parâmetros de um novo modelo econômico auto-sustentável centrado na promoção da produção, do trabalho e da distribuição de renda. Esse modelo precisa redefinir os critérios da relação do Brasil no contexto da economia globalizada. Não se pode, por exemplo, dar continuidade ao processo de financiamento do Estado e de alavancagem da economia apenas a partir do capital externo, como vem fazendo o governo Fernando Henrique. E se a abertura econômica é necessária e desejável, ela não pode ser ilimitada e sem critérios ao ponto de desorganizar a produção nacional, gerar falências e desemprego, como ocorre no atual modelo. Para o estágio presente da economia brasileira, parece mais adequado adotar três critérios diferenciados: a) permitir a presença externa naquelas áreas em que o setor produtivo nacional já adquiriu condições de competitividade; b) proteger e estimular aqueles setores produtivos que não têm condições de competitividade, mas estabelecendo metas e prazos para que se modernizem tendo em vista uma posterior abertura e; c) definir aqueles setores que não seriam submetidos à competição externa. Com esses critérios seria possível buscar uma equação otimizadora: a economia nacional seria obrigada a se modernizar por conta da competição, o consumidor seria favorecido em termos de qualidade e preços, o emprego seria garantido e alguns setores da produção seriam protegidos, sem que isso representasse um protecionismo do atraso.

EM POLÍTICA, A IDENTIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADES É DECISIVA PARA QUE ELA POSSA EXPRESSAR ALGUM CONTEÚDO ÉTICO E PARA QUE AS DISPUTAS POSSAM OCORRER A PARTIR DE CONTEÚDOS E POSTULADOS AUTÊNTICOS

Um programa de esquerda deve conter também um compromisso social básico que enfrente os problemas do desemprego, da degradação social, da marginalização, do abandono das crianças e a questão da terra. A implantação de um programa nacional de renda mínima e pesados investimentos em saúde e educação públicas são medidas imprescindíveis para atacar a exclusão e abrir as portas das oportunidades e das chances de vida para os vastos setores sociais que ficaram à margem da estrada do progresso.

Em política, a identificação de responsabilidades é decisiva para que ela possa expressar algum conteúdo ético e para que as disputas possam ocorrer a partir de conteúdos e postulados autênticos. Desprivatizar o Estado e publicizá-lo, no sentido de colocá-lo a serviço dos interesses gerais da sociedade, é uma demanda irrenunciável para que as condições de justiça e de igualdade de direitos se instaurem numa sociedade marcada por diferenças sociais abissais. O Estado brasileiro precisa ser refundado e capacitado para garantir os direitos de cidadania. Um dos aspectos dessa refundação consiste na modernização das diversas atividades de serviços. Não é aceitável que as pessoas enfrentem o calvário das filas do INSS, dos hospitais públicos, das escolas públicas, etc. O cidadão precisa ter garantido o direito de acesso a serviços universais e eficientes. Muitas pessoas, principalmente a classe média, pagam duplamente a seguridade social: uma pública e outra privada. A pública, paga através de impostos como IR, INSS, etc., não devolve nada a esses contribuintes. A



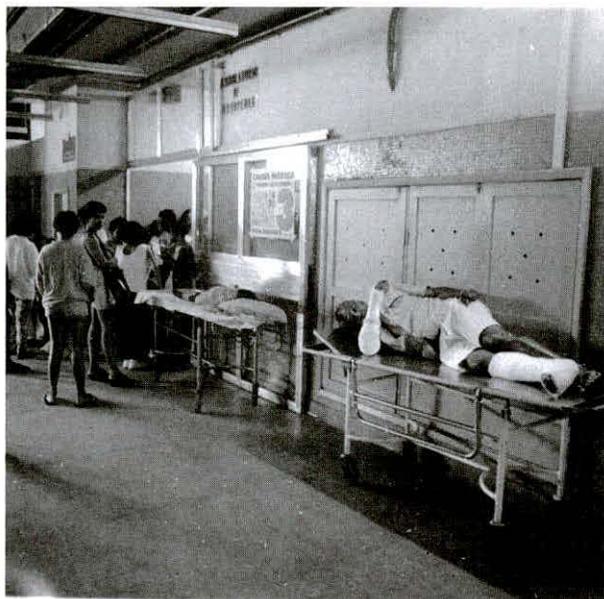
privada, constituída pelos planos de saúde, escola particular, etc., além de ser cara, não poucas vezes viola os direitos dos consumidores.

Boa parte das atividades de serviços foram privatizadas, como é o caso da telefonia, energia elétrica, transporte, etc. Ocorre que, com as privatizações, o poder público não preservou para si as prerrogativas de estabelecer normas e de fiscalizar de forma adequada a prestação desses serviços. As agências reguladoras governamentais são incapazes de impor-se às poderosas concessionárias. O consumidor, a rigor, foi abandonado à sua própria sorte.

Uma reforma fiscal e tributária, que estabeleça a justiça fiscal, a progressividade dos impostos e que redimensione o pacto federativo, é outro ponto que a esquerda precisa incorporar na sua visão de reforma do Estado. Hoje, o País vive uma situação onde o principal peso tributário recai sobre os consumidores e os trabalhadores, onde se manifesta um desequilíbrio federativo com a União sufocando a autonomia dos estados e municípios e onde temos uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo, mas sem uma contrapartida em termos de seguridade social e serviços.

Outro aspecto da modernização institucional diz respeito à reforma política. Ela abarca um amplo leque de temas e precisa incidir sobre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O sistema





político brasileiro não será efetivamente democrático enquanto o Judiciário permanecer ineficiente e sem controles; enquanto o Executivo concentrar um poder imperial e; enquanto o Legislativo não mudar a estrutura de representação dos estados e não fizer uma ampla reforma interna acabando, inclusive, com a improcessualidade de parlamentares para crimes comuns. O sistema eleitoral e partidário também precisa ser reformado. Instituir o financiamento público das campanhas e encontrar uma fórmula de eleições que fortaleça os partidos são requisitos para que o Brasil ingresse numa era de coerência, previsibilidade e governabilidade maiores, indicativas de um movimento de superação da instabilidade política permanente que caracterizou nossa história republicana. Punir os eleitos que trocam de partido com a perda de mandato e estabelecer regras de organização partidária capazes de impedir a presença de siglas de aluguel são medidas necessárias para criar um sistema de partidos enxuto, coerente e representativo dos interesses sociais reais. A oposição de esquerda não pode apostar na instabilidade institucional como atalho para chegar ao poder. Pelo contrário, o seu caminho é o da reforma institucional com o objetivo de aprofundar a democracia, ampliando os espaços de participação política e integrando

social e economicamente os excluídos. As crises institucionais, via de regra, sempre representaram retrocessos políticos e movimentos de rearticulação das elites conservadoras.

Promover os Direitos e a Cidadania e Organizar os Movimentos Sociais

A segunda linha de ação sobre a qual a esquerda precisa projetar esforços e onde não pode falhar se situa nos Executivos estaduais e municipais onde ela governa. O êxito dos governos de esquerda tornou-se um requisito decisivo para a viabilização de uma alternativa nacional de oposição nas eleições gerais de 2002. O êxito da esquerda nos Executivos estaduais e municipais não pode se reduzir a uma mera melhoria da capacidade governativa em relação aos modelos presentes e à situação herdada de governança. É preciso governar para toda a sociedade com eficácia e moralidade, mas, principalmente, governar com prioridades definidas voltadas para aqueles setores sociais mais necessitados e que sempre estiveram excluídos das políticas públicas. Em suma, os governos de esquerda serão exitosos se forem capazes de efetivar uma ampla promoção de direitos e cidadania. Uma das mais importantes condições desse êxito exige uma reforma das máquinas administrativas com o sentido de capacitá-las a investir em políticas públicas. Isto não será possível enquanto 70%, 80% ou mais dos recursos da receita forem consumidos em folha de pagamentos. Responsabilidade fiscal é, hoje, sinônimo de capacidade de investimento em políticas públicas. Essa é uma bandeira que deve ser empunhada pela esquerda.

O fortalecimento de uma alternativa de esquerda passa também pelo aprofundamento da política de alianças. Os diversos partidos de esquerda precisam solidificar tanto suas afinidades programáticas quanto suas unidades eleitorais. Não há, para eles, nem futuro e nem sentido na

fragmentação. Essa política de alianças não deve se restringir aos partidos. Ela precisa ser lastreada no movimento social, nas camadas da classe média e no empresariado. O programa de esquerda deve ser capaz de aglutinar uma ampla representação de interesses sociais, uma representação dos interesses majoritários da sociedade.

**... SE A ABERTURA ECONÔMICA
É NECESSÁRIA E DESEJÁVEL,
ELA NÃO PODE
SER ILIMITADA E SEM
CRITÉRIOS AO PONTO DE
DESORGANIZAR A
PRODUÇÃO NACIONAL, GERAR
FALÊNCIAS E
DESEMPREGO, COMO
OCORRE NO
ATUAL MODELO**

Por fim, a terceira linha de ação que precisa ser calibrada é aquela que corre no leito dos movimentos sociais. Nos quatro anos do primeiro mandato de Fernando Henrique, os movimentos sociais permaneceram numa postura defensiva, com exceção do MST. Sem um robusto movimento social, constituído por um largo arco que vai desde os excluídos até setores do empresariado, as reformas institucionais democratizadoras nesse país não terão êxito; um modelo econômico de desenvolvimento, emprego e distribuição de renda não será sustentável e; um modelo social de integração através de direitos e cidadania será eternamente adiado. O movimento social, articulado com uma adequada representação política, precisa derrubar as portas e as barreiras que impedem a modernização do País e a afirmação da cidadania e da justiça.

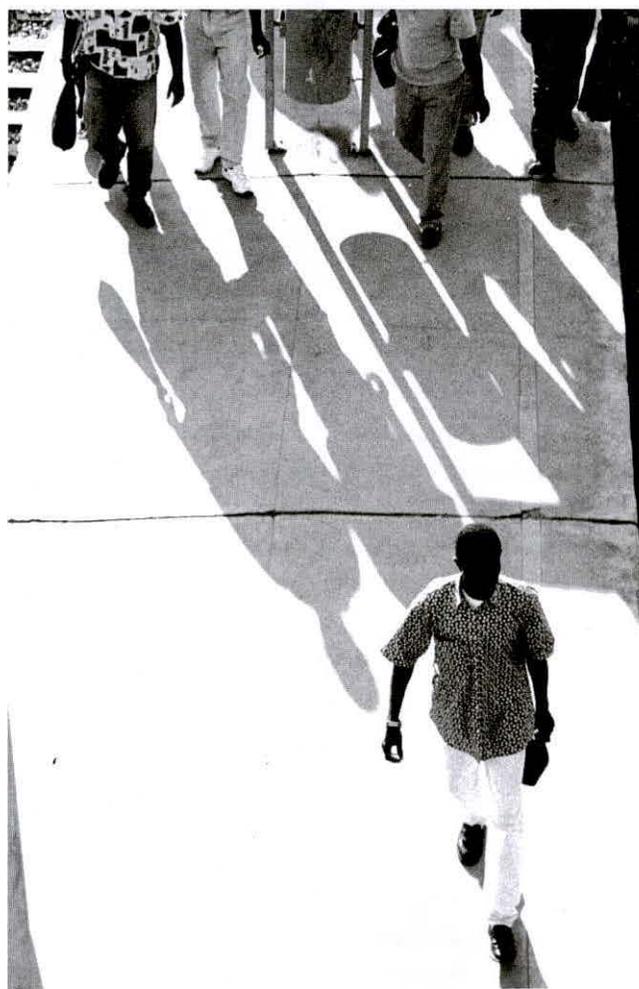
A contraface de sermos governados por uma elite autoritária e excludente é a existência de uma sociedade civil desarticulada e não participativa. A elite conservadora nos oferece um Estado



ineficiente e privatizado, orientado para atender os interesses próprios da mesma elite. A sociedade civil desarticulada oferece o deplorável espetáculo da ausência de cidadania e do déficit de direitos. O Estado desacreditado, a falência da governabilidade, a carência de políticas públicas e a ineficácia das leis criaram o *status quo* no qual as elites operam os seus interesses. A descrença na participação, o recurso à violência social e criminal, o comportamento não-segundo normas, o fortalecimento da cultura predatória, o fracasso da representação política, o enfraquecimento das entidades representativas e a desesperança são os elementos que fermentam no interior da bolha desconexa que é a nossa sociedade. Somente um programa político capaz de dar coerência a esses interesses dispersos e um movimento social vigoroso e bem organizado poderão superar esse Brasil profundamente injusto, dando-lhe um sentido e um destino orientados pelos valores humanísticos e pelas conquistas civilizatórias dos direitos e da cidadania.

Cenários e Perspectivas para o Brasil: o projeto Brasil 2020

*Ronaldo Mota Sardenberg**



* Ministro Extraordinário de Projetos Especiais

Introdução

Como se sabe, o Brasil está atravessando um momento difícil, de incertezas e sobressaltos, alguns por motivos reais, outros imaginários. Tudo isso somente vem reforçar a necessidade de continuarmos a pensar seriamente o futuro, especialmente tendo-se em conta que a expectativa de muitos analistas é de que a crise não será prolongada. Dessa forma, uma vez ultrapassada a turbulência atual, será possível seguir em frente na busca de um projeto nacional consistente de desenvolvimento de longo prazo.

O Projeto Brasil 2020

Entre minhas atribuições como Ministro Extraordinário de Projetos Especiais incluem-se as de elaboração de cenários prospectivos que ajudem a definir estratégias de desenvolvimento de longo prazo, questão que, anteriormente, era da competência da extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR). Com vistas a cumprir as atribuições com relação ao delineamento e à estruturação de cenários prospectivos, base do Projeto Brasil 2020, utilizaram-se as metodologias de análise adequadas, e pôde-se contar com o apoio das mais diversas instituições governamentais e da sociedade.

Os cenários que foram elaborados são, fundamentalmente, qualitativos, e têm por base trajetórias e hipóteses consistentes entre si, as quais tomam em conta não apenas os processos em maturação, mas também as tendências que começam a afirmar-se. Os cenários prospectivos selecionam alternativas plausíveis e, assim, auxiliam o processo decisório.

Em seu conjunto, os cenários concorrem para a formação de visões sobre o longo prazo, uma vez que abstraem, em certa medida, as restrições e limitações da realidade imediata que tendem a tolher o desenvolvimento de raciocínios mais criativos ou mais ousados.

De forma simplificada, podem se definir dois tipos de cenários: os “exploratórios” e os “dese-

jados”. Os **cenários exploratórios** dirigem-se a possíveis futuros alternativos, com base na análise das combinações plausíveis dos fatores condicionantes. Não envolvem, necessariamente, os desejos e aspirações de seus formuladores, nem refletem valores ou prioridades para ação futura.

O **cenário desejado**, ao contrário, descreve um futuro baseado nas preferências da coletividade e reflete anseios e expectativas acerca do que se espera seja alcançado, em determinado horizonte de tempo. Não devem, entretanto, derivar para a simples expressão de sonhos e utopias. Devem apontar um futuro a ser construído como *desejo* viável. Partindo da expressão da vontade coletiva, o cenário normativo ou desejado deve igualmente conter uma descrição consistente de hipóteses plausíveis e exequíveis. Em outras palavras, deve tornar compatíveis as aspirações predominantes com as circunstâncias históricas, as realidades presentes e os recursos mobilizáveis para concretização das mesmas.

Perspectivas e Tendências do Contexto Mundial

Antes de propormos os cenários nacionais exploratórios e desejado, pareceu-nos necessário definir trajetórias prováveis da ordem internacional, para identificar os processos, tendências e paradigmas globais, que forçosamente condicionam o desenvolvimento dos países, inclusive o nosso.

Neste período pós-guerra fria, ainda não emergiram paradigmas consensuais em escala mundial. Alguns analistas, por exemplo, não abandonam o esforço de redescobrir e revalorizar os pólos de poder estratégico-militar, como na época do bipolarismo. Outros, defendem, como principal característica dos tempos modernos, a erosão da soberania do Estado, diante do processo de *globalização*.

Goste-se ou não, esse processo sinaliza a abrangência mundial do sistema econômico de mercado. Assinale-se, entretanto, que a aceção econômico-financeira da globalização, por importante que seja, é apenas uma dentre muitas, já



que o conceito tem sido amplamente empregado para se referir também aos processos tecnológicos, culturais e até axiológicos em curso.

Paradoxalmente, a globalização se faz acompanhar da contrapartida da *fragmentação*, que constitui uma segunda tendência contemporânea. Na ausência de modulações, a globalização acirra o hiato entre o centro e a periferia, entre os Estados e no interior deles. O que muitas vezes caracteriza a diferença entre beneficiar-se ou ser excluído da prosperidade são as políticas que os Estados, quando possível, elegem em face do próprio processo mundial. São as visões do futuro, dentro das quais a existência de um projeto de nação ou sua falta em boa parte definem os parâmetros da inserção dos Estados na vida internacional.

Há de se ter em conta, sobretudo, o fato de que a globalização chega de formas diferenciadas aos diferentes países, acelerando o progresso em alguns, provocando dificuldades e crises em outros, como sabemos. O que não quer dizer que a trilha do progresso, uma vez perdida, não possa ser retomada.

Uma terceira tendência - a regionalização - representa uma das principais modalidades de inserção. Existem diferentes matizes de regio-

nalização, mas todos buscam estruturar posturas comuns para diferentes Estados de uma mesma área, em face das incertezas e temores criados pela antinomia globalização/fragmentação.

Dentro das circunstâncias atuais, e apesar das crises, o cenário internacional mais provável para a próxima década seria a persistência e, mesmo, a ampliação do processo de globalização. Esse processo contempla a mobilidade de fatores controlados pelas empresas multinacionais e a preponderância estratégico-militar e econômica por círculos restritos do Norte do globo. Contudo, a médio prazo, parece plausível a consolidação de novos espaços políticos e econômicos em regiões como a Ásia e América Latina. Paralelamente, não se pode excluir a hipótese de que o acirramento das dificuldades sistêmicas da globalização, como as constantes crises de volatilidade de capitais e as clivagens sócio-econômicas, étnicas, confessionais e ambientais, levem à catalisação de fatores de ruptura capazes de alterar drasticamente o desenho do planeta.

A atuação do Brasil, nos anos à frente, se orientará pela expectativa da afirmação de um regionalismo de caráter cooperativo, capaz de moderar os excessos da globalização e da frag-

mentação. Nesse sentido, o Mercosul, apesar dos problemas atuais, se consolidará como nossa ancoragem regional, de modo que se possa gradualmente evoluir para um espaço de integração no conjunto da América do Sul e no Hemisfério Ocidental. Ao mesmo tempo, a longo prazo, deverá crescer o perfil do Brasil nos círculos deliberativos e decisórios internacionais mais amplos.

Escopo Geral do Projeto Brasil 2020

Em sua execução, o Projeto avançou em dois campos, a saber:

- 1) Elaboração de cenários exploratórios sobre o País, com horizonte no ano 2020, por meio de consultas a especialistas;
- 2) Formulação de um cenário desejado, com base nos cenários exploratórios e nas aspirações expressas por setores representativos da sociedade.

Fase 1 – Cenários Nacionais Exploratórios

A primeira fase consistiu na elaboração de três cenários nacionais exploratórios, com base em combinações plausíveis de hipóteses espaciais,

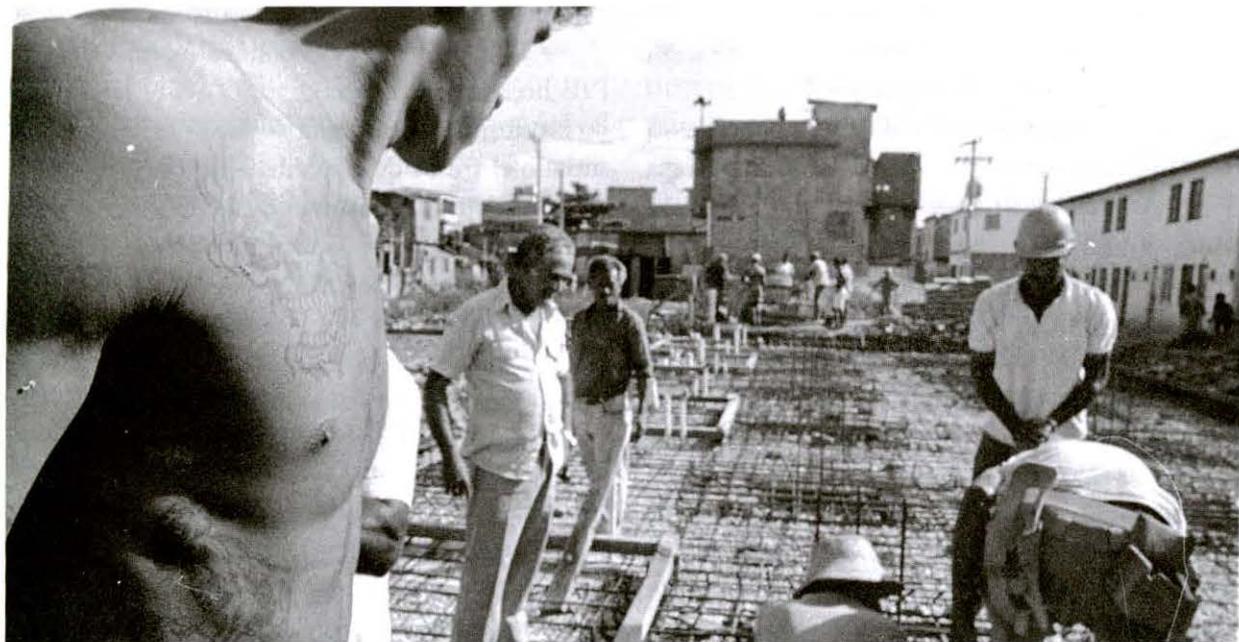
econômicas, sociais, político-institucionais, ambientais, culturais e tecnológicas.

Tais cenários limitam-se a descrever hipóteses da dramatização das possibilidades atuais e refletem uma gama de tendências plausíveis, inclusive situações extremas (que poderíamos denominar de cenários catastróficos), as quais não representam, como é óbvio, a dinâmica desejada.

Pretendem esses cenários apenas estabelecer marcos para a reflexão e servir de subsídio à preparação de um cenário desejado. Este, por sua vez, conduzirá, mais tarde, à identificação das linhas estratégicas do projeto nacional.

Os três cenários exploratórios a que se chegou são os seguintes:

Cenário Abatiapé - considera, como ponto de partida, a hipótese de manutenção e amadurecimento das condições de estabilidade política, econômica e social, com investimentos públicos voltados para a modernização da economia. Isto faculta ao País elevadas taxas de crescimento e melhor inserção no comércio mundial. O panorama interno se insere numa crescente globalização, conjugado com espaços regionais emergentes em diferentes continentes e a liberalização sustentada e equilibrada do comércio internacional. Os pólos político-estratégicos se diversificam, em bases não





conflitivas, e se configuram de acordo com as circunstâncias e agendas de cada espaço regional.

As principais características e indicadores do Cenário Abatiapé são:

- Potência econômica sólida e modernizada;
- PIB = US\$ 3.360 bilhões (1,5 vezes o PIB atual da Alemanha);
- Renda per capita = US\$ 17.000 (comparável à da Itália hoje);
- Recursos públicos orientados prioritariamente para a infra-estrutura econômica;
- Modernização tecnológica elevada e nichos de competitividade;
- Comércio exterior = US\$ 720 bilhões (comparável ao do Japão hoje);
- Pobreza = 7% da população;
- Desemprego = 6,5% da PEA;
- Concentração espacial da produção no Sudeste;
- Avançada integração econômica na América do Sul.

Cenário Baboré - neste, o ritmo de crescimento da economia é moderado, mas acentuam-se as melhorias no perfil médio de distribuição de renda da população. O País volta-se mais para dentro, procurando expandir e diversificar o mercado interno. Os esforços de ampliação do gasto público e privado, num quadro de crescimento econômico moderado, induzem um nível inflacionário maior do que a média regional e internacional. Ao mesmo tempo, fatores endógenos, como a menor compe-

titividade internacional do País em nichos de mercados mais dinâmicos, levam a uma redução do nível da balança comercial.

Paralelamente, não se descartam recorrências, localizadas, de protecionismo no plano externo, em particular por parte dos países maduros em estágio de crescimento declinante, acarretando uma evolução mais lenta do comércio mundial como um todo. Em âmbito político-estratégico, ocorre um processo de recriação de esferas de poder regionalizadas, nem sempre em bases cooperativas.

De forma esquemática, assim se apresentaria o Cenário Baboré:

- Redução dos desequilíbrios sociais;
- PIB = US\$ 2.330 bilhões (comparável ao PIB hoje da Alemanha);
- Renda per capita = US\$ 11.800 (valor situado entre os da Espanha e de Portugal hoje);
- Recursos públicos orientados prioritariamente para a infra-estrutura social;
- Integração seletiva e parcial ao comércio mundial;
- Comércio exterior = US\$ 400 bilhões (comparável ao do Canadá hoje);
- Relativa defasagem tecnológica em setores de alta competitividade internacional;
- Pobreza = 4% da população;
- Desemprego = 5% da PEA;
- Redução da concentração espacial da produção;
- Baixa degradação ambiental.

Cenário Caaeté - contempla uma defasagem crítica no processo de reformas estruturais em curso. A lenta e desigual maturação das iniciativas de reestruturação nos campos econômico, social e regional cria dificuldades para a retomada dos investimentos e do crescimento da economia. O desenvolvimento é comprometido principalmente por um quadro internacional adverso, que se caracteriza por forte recrudescimento do protecionismo e do processo de fragmentação. Tal situação decorreria de uma crise sistêmica de amplas proporções, que leva à ruptura do modelo de globalização positiva e instaura a fragmentação política e econômica em âmbito planetário. O sistema de livre comércio internacional se torna mais instável e cada país busca enfrentar a crise econômica e política por meios de medidas unilaterais, em detrimento da cooperação internacional, seja política, seja econômica. Concretiza-se o quadro hobbesiano do “homo homini lupus”, com conflitos entre regiões, civilizações, etnias, religiões e por recursos ambientais.

O cenário Caaeté apresenta, assim, as seguintes características:

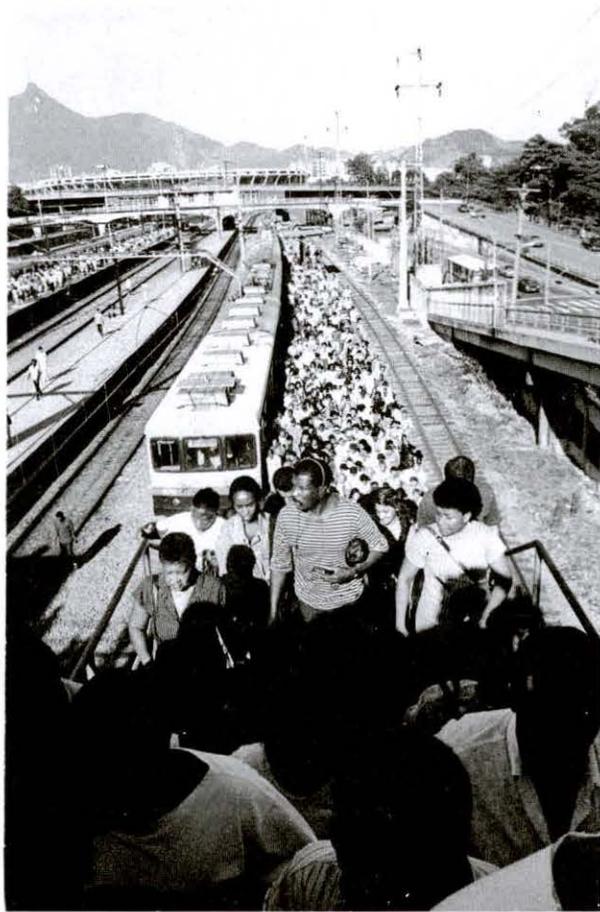
- Economia estagnada;
- Instabilidade e desorganização político-institucional;
- PIB = US\$ 1.170 bilhões (metade do da Alemanha hoje);
- Renda per capita = US\$ 5.930 (comparável à da Espanha hoje);
- Abertura comercial limitada - protecionismo;
- Comércio exterior: US\$ 190 bilhões (comparável ao da Espanha hoje);
- Defasagem tecnológica (baixa competitividade);
- Pobreza = 14% da população;
- Desemprego = 8% da PEA.

Certos aspectos deste cenário estão hoje presentes. Entretanto, pode-se esperar que sua vigência não seja longa a ponto de afetar decisivamente as expectativas positivas com relação ao longo prazo que continuam a existir.



Fase II : o cenário Diadorim

Concluída a discussão dos cenários exploratórios, iniciou-se a elaboração de um cenário desejado, batizado de Diadorim. Para tanto, adotou-se uma metodologia de consulta à sociedade com amplo alcance e diversificação. O primeiro grupo consultado foi composto pelos chamados “atores nacionais”, representantes de segmentos organizados da sociedade, de abrangência nacional, cobrindo entidades patronais, trabalhistas, organizações não-governamentais, líderes comunitários e personalidades do meio acadêmico, num total de 48 entidades. Para este grupo, a consulta teve a forma de uma entrevista pessoal com os titulares de cada entidade. A consulta ao meio político foi feita a partir de entrevistas pessoais com os dirigentes dos institutos partidários. Algumas personalidades



conhecidas em seus setores de atividades foram também contactadas.

De forma semelhante, foram consultados os atores regionais e setoriais. Totalizaram cerca de 280 entidades, contactadas via correio postal ou correio eletrônico.

Complementando o levantamento nacional e em atenção às desigualdades regionais, realizaram-se ainda em Belém, Brasília e Recife, em outubro de 1998, três “Encontros Regionais do Projeto Brasil 2020”, congregando personalidades das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Participaram de cada encontro cerca de cinquenta líderes sociais, representando indústria, comércio, agricultura, sindicatos, cooperativas e pequenas empresas dos estados daquelas regiões, além da SUDAM, SUFRAMA, BASA, Petrobrás, SUDENE, BNB, Radiobrás e das Universidades Federais do Pará, Pernambuco, Brasília, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O Desejo Dominante na Sociedade

A consulta aos atores nacionais tornou possível a elaboração de dois documentos preliminares, intitulados *Cenário Normativo do Brasil* e *Opções Estratégicas do Brasil*, nos quais estão estruturados e hierarquizados os desejos e as prioridades dominantes, tal como assinalados pelos representantes das distintas instituições da sociedade. Ao mesmo tempo, visaram os dois estudos a identificar as condições e os pressupostos de mudança que devem orientar a elaboração de um *projeto nacional*. De fundamental importância para a formulação das bases desse projeto será o **desejo dominante** da sociedade, identificado no estudo, sobre o qual gostaria de tecer algumas considerações.

Evidenciou-se grande concentração nos aspectos sociais, que convergem para a aspiração de um Brasil equitativo e com elevado nível de qualidade de vida. Com efeito, na definição do futuro desejado ressaltam-se a equidade e a justiça social, entendidas como as bases de uma sociedade mais igualitária, com a reversão do atual quadro de desigualdades e de concentração de riqueza, e a qualidade de vida, orientada para a elevação geral das condições materiais de existência da população. Esses aspectos se apresentam como componentes centrais da realidade esperada em 2020. Os dois anseios constituem, assim, os pilares centrais do futuro desejado, figurando muito acima de todos os outros aspectos, mesmo daquele que aparece em terceiro lugar na escala hierárquica, o desenvolvimento econômico. Pode-se, assim, afirmar com segurança que equidade e justiça social e qualidade de vida sobressaem como os desejos dominantes dos brasileiros, quer como ponto de chegada de um marco de referência futura, quer em função da urgência que se atribui ao resgate da “dívida social”.

Próximas Etapas

Os subsídios coletados para a discussão de uma agenda consensual, ou seja, o Cenário Diadorim e o



conjunto de opções estratégicas dele decorrente, refletem a preocupação de se discutir em bases amplas, democráticas e transparentes, o nosso futuro comum. Neste momento, estão sendo cogitadas, ainda como hipóteses de trabalho, a definição e elaboração de novos cenários alternativos mais específicos sobre temas de importância, como:

- o progresso das populações negras;
- as perspectivas de ocupação ordenada do território nacional, com ênfase nas regiões menos desenvolvidas do País;
- o impacto sócio-econômico da implantação de certas tecnologias avançadas;
- o processo de integração nacional e de integração do continente sul-americano.

Para cristalizar-se, um projeto de mudança numa sociedade democrática necessita a adesão de amplos segmentos dessa sociedade e a disposição de buscar metas convergentes.

Desde sua posse em 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sublinhou que um projeto nacional nos permitiria responder concretamente à questão central do futuro do País e da sociedade e de sua inserção na ordem internacional. O atraso numa inserção positiva poderia representar uma marginalização irreversível em prazos previsíveis.

Conclusão

Desejaria concluir com algumas reflexões simples, mas oportunas:

A globalização é um processo que não deve ser nem demonizado, nem beatificado. É simplesmente uma realidade, com reflexos sobre o mundo inteiro.

O Brasil deve procurar se preparar da melhor forma possível para fazer face à globalização. Preparar-se significa antecipar-se aos obstáculos e aproveitar as oportunidades que apareçam. Assim como, quando o tempo está chuvoso, o homem previdente apanha um guarda-chuva e, quando prenuncia estiagem, armazena água, os países devem planejar seu futuro pensando em cenários tanto favoráveis quanto desfavoráveis.

Os cenários exploratórios não são projeções ou futurologia, nem representam preferências pessoais ou coletivas. Por outro lado, os cenários desejados são anseios que, sem um plano de ação, não passarão de utopias sem consequência prática.

O Brasil necessita, hoje como nunca, pensar e planejar seu futuro, mormente considerando as presentes dificuldades, a proximidade da virada do século e o início de um novo milênio.

Miscelânea

(capitalismo, globalização, Brasil e esquerda)

*César Benjamin**



Tio Sam Needs You!

* Da Coordenação Nacional da Consulta Popular

1. Dois impulsos complementares estão presentes na formação do imaginário das sociedades modernas: a conquista da igualdade jurídica entre os homens (deixando para trás sociedades rigidamente estratificadas, que predominaram ao longo da história) e o estabelecimento de níveis crescentes de igualdade social (ou níveis menos chocantes de desigualdade). Todas as sociedades que se modernizaram responderam, de alguma forma, a esses dois desafios.

A primeira conquista, cuja importância não deve ser subestimada, finca raízes firmes no capitalismo maduro: reintroduzir castas ou estamentos fixos, sem a possibilidade jurídica de mobilidade, em sociedades que se definem como governadas pela interação livre de portadores de mercadorias implicaria uma imensa fratura ideológica, quase impensável. Mas, a segunda conquista — a de níveis crescentes de igualdade social — está condenada a ser planta frágil. Pode florescer em certos períodos, mas sempre sob a forma de conquistas políticas, a serem politicamente defendidas. Pois se é verdade que o mercado, regente fundamental das interações, exige homens juridicamente iguais, o mesmo mercado, ao funcionar, repõe e amplia a desigualdade social, que precisa ser amenizada pela intervenção de mãos bem visíveis.

2. Por não se inscreverem na lógica do modo de produção, que tende à desigualdade, as conquistas sociais permanecem sob ameaça. É o que mostra o esgotamento da experiência socialdemocrata na Europa, depois de trinta anos vividos numa conjuntura — a do segundo pós-guerra — que hoje sabemos ter sido excepcional. Quando a superestrutura política se sobrepõe em demasia às tendências imanentes à estrutura econômica, fortalecendo instituições e valores que criam dificuldades aos processos de livre troca, a acumulação de capital se debilita. O sistema reage, pressionado por seus próprios impulsos e pela concorrência internacional.

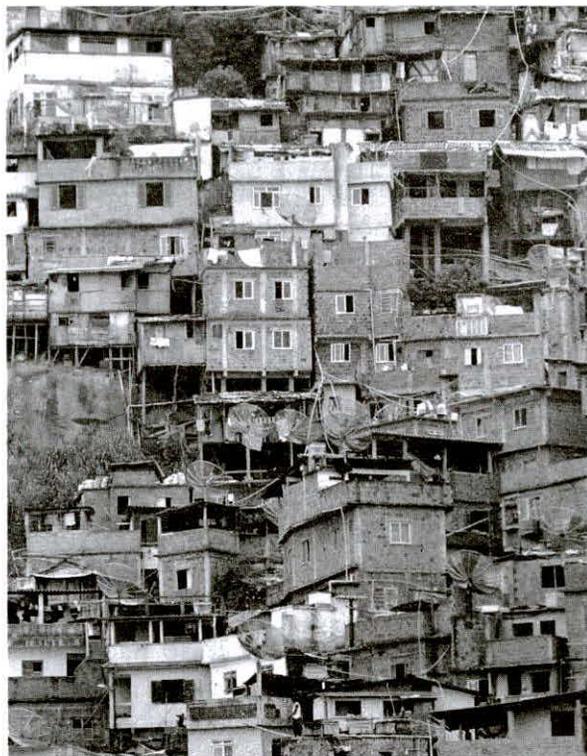
Acelerar a renovação da base tecnológica, iniciando um novo ciclo que fragilize os

trabalhadores já adaptados aos modos anteriores de produzir, tem sido uma das formas mais recorrentes dessa reação. Se, como hoje, esse movimento consegue ganhar suficiente amplitude, aumentam os graus de liberdade na ação do capital, de novo senhor absoluto das decisões de investir. Os trabalhadores tendem a ser empurrados para uma ação defensiva.

Nesses períodos, o pensamento (neo)liberal ganha impulso, com sua argumentação legitimadora de mais espaço para a regulação mercantil. Os desavisados passam a considerá-lo como expressão de uma “ciência”, ou como a quintessência de uma “modernidade” suposta, tecnicamente legitimada. Mas, ao contrário do que tem sido enfatizado pelo intelectual medíocre que ocupa a Presidência da República, a base desse processo não é uma pretensa racionalidade técnica, à qual só nos restaria aderir. É, exatamente, o contrário: a racionalidade técnica só se constitui dessa forma porque é serva de uma “racionalidade” sociocultural que mal e mal se esconde atrás dela.

3. A função de harmonizar, de um lado, as economias privadamente reguladas e, de outro, os processos de socialização necessários ao funcionamento dessas mesmas economias tem sido desempenhada, tradicionalmente, por um conjunto de instituições, a maioria das quais estatais. O fato novo, sob esse aspecto, é a extensão dos processos que enfraquecem os fundamentos das sociedades nacionais (pilares daquelas instituições) e debilitam a ação dos Estados.

Os neoliberais têm obtido completa liberdade de movimentação para grandes empresas, capitais e mercadorias, com a correspondente redução dos poderes reguladores exercidos pelas nações. É a “globalização”, processo capenga, pois nem tudo é fluido, nem tudo se desloca sem fricções. Em primeiro lugar, uma parcela enorme de atividades econômicas e sociais, bem como de recursos, não é negociável no mercado internacional (educação, saúde, diversas formas de energia, potencial de criação tecnológica, “tecnologias sensíveis”, redes físicas de



transportes, infra-estrutura urbana, capacidade de defesa, terra agricultável, água doce, luz do Sol, muitos tipos de serviços), embora seja decisiva para definir não só os níveis de bem-estar das pessoas, mas também, a médio e longo prazos, a própria produtividade e competitividade das atividades negociáveis. Em segundo lugar, o novo modelo impõe um tratamento grosseiro às empresas que não operam com o horizonte da competitividade internacional; o problema é que, no Brasil, elas são a imensa maioria, e seu desempenho é decisivo para definir o grau de utilização do potencial produtivo instalado, o volume de produção total que será alcançado, o nível de emprego e a oferta de produtos essenciais. Em terceiro lugar, a globalização tampouco inclui a população em si mesma: não está em curso a formação de um mercado de trabalho globalmente unificado. Ao contrário: com o aumento das barreiras ao deslocamento de pessoas, o mundo do trabalho — e, portanto, a questão social, a ele associada — permanece circunscrito aos espaços nacionais em que historicamente se constituiu.

O rápido debilitamento das instituições que operam nos espaços nacionais sinaliza, portanto, um projeto político que (a) perpetua um sistema internacional assimétrico, em termos de capacidade produtiva e de poder, e (b) na prática, renuncia ao enfrentamento da questão social. O próprio processo civilizatório fica ameaçado em amplas regiões, consideradas supérfluas, habitadas por gente desnecessária. Com a desigualdade sendo considerada agora como um valor positivo, impulsionador do desenvolvimento, renova-se a tendência à barbárie, embora *high tech*. Isso se torna mais grave quando se enfoca outra característica básica do cenário atual: o aprofundamento da fratura entre as esferas produtiva e financeira da acumulação de capital. Os sinais de alarme se multiplicam na literatura internacional especializada: a assimetria crescente entre essas esferas não é sustentável.

4. Tanto pela reação à barbárie social, quanto pela possibilidade de crise financeira, as tendências hoje predominantes provavelmente não se desdobrarão de forma linear nos próximos anos. Tudo indica que elas estão aproximando o mundo de transformações ainda muito difíceis de discernir. Os adesistas, quase sempre entusiastas da assim chamada Revolução Técnico-Científica (que cumpre um papel não desprezível de legitimação ideológica), deveriam buscar na história o ensinamento de que nenhum processo desse porte foi levado a bom termo capitaneado por transformações puramente tecnológicas. A Revolução Industrial clássica só pôde prosseguir porque as alterações tecnológicas, a ela associadas, promoveram inúmeras mudanças



econômicas, sociais, políticas e culturais que influenciaram reciprocamente a velocidade e o curso do desenvolvimento tecnológico, tudo terminando por se encaixar num novo “modo de regulação” da sociedade, que culminou, neste século, na criação dos mercados de massas. Ninguém demonstrou que esteja em curso a construção de um novo “modo de regulação” abrangente. A imagem atual, ao contrário, é cinzenta: as taxas de crescimento do centro capitalista permanecem medíocres e, mais recentemente, se tornaram declinantes; a fragmentação social se agrava; multiplicam-se sinais de instabilidade financeira; e todas as apostas em termos de “mercados emergentes”, devidamente “ajustados”, vêm naufragando uma após outra.

**... O PENSAMENTO
(NEO)LIBERAL GANHA
IMPULSO, COM SUA
ARGUMENTAÇÃO
LEGITIMADORA DE MAIS
ESPAÇO PARA A REGULAÇÃO
MERCANTIL.**

**OS DESAVISADOS PASSAM A
CONSIDERÁ-LO COMO
EXPRESSÃO DE UMA “CIÊNCIA”,
OU COMO A QUINTESSÊNCIA DE
UMA “MODERNIDADE”
SUPOSTA, TECNICAMENTE
LEGITIMADA**

5. Nesse contexto, o espaço nacional permanece insubstituível: é nele que se podem definir metas claras, utilizar elementos de planejamento para alcançá-las e tratar seriamente a questão social; é nele que se pode formar uma vontade coletiva, forte o bastante para contrariar a marcha da insensatez. Nem o espaço local nem o global permitem que isso se dê. O primeiro é pequeno demais, fragmentado demais, e vive imerso



no tempo curto de demandas imediatas sempre renovadas; o segundo é grande demais, complexo demais, pontuado pelo tempo longo das transformações muito lentas. Por motivos simétricos, ambos, se predominarem, condenam a ação política a diferentes formas de impotência fundamental. Faltam, aos dois, instituições decisivas.

É, antes de tudo, no âmbito da nação — pelo menos, de algumas nações — que as comunidades humanas atuais encontram a possibilidade de fazer história, ou seja, de viver em um tempo orientado, operando em um espaço suficientemente amplo para ensejar transformações profundas, e suficientemente manejável para torná-las viáveis. Vem também daí — da hostilidade à história — a hostilidade do grande capital à nação.

6. Pela sua continentalidade, sua dotação de recursos e sua população, pela base produtiva que constituiu e pela projeção internacional que potencialmente tem (como líder natural de um continente inteiro), o Brasil é um dos países que podem reagir. Num processo excepcional, comparado com o resto do mundo, mantivemos nossa unidade territorial, confirmada, de forma negociada, no alvorecer do século XX. Consolidou-se um país-continente, porém pobre (pela base produtiva atrasada), periférico (pela posição geográfica, pela formação dependente) e exótico para os padrões eurocêtricos (pela língua, pela



composição étnica, pela herança cultural). Na década de 1920, por sua vez, uma série de movimentos político-militares, sociais e culturais amalgamaram elementos de uma nascente identidade nacional. Em seguida, o país se equipou para enfrentar o desafio do desenvolvimento, transformado pela Revolução de 1930 em projeto hegemônico. Ela pôs em marcha acelerada três movimentos estruturais que mudaram a nossa face: a industrialização, a urbanização e a integração espacial do vasto território legado pelas gerações passadas. Tais movimentos formaram a espinha dorsal de um ciclo que durou cinquenta anos. Tendo clara a distinção entre passado (população rural, base produtiva agrícola e fragmentação territorial) e futuro (população urbana, base produtiva industrial e integração territorial), nossa sociedade sentiu-se portadora de um projeto.

Aceleramos então uma transição mais antiga, que define o sentido profundo da nossa história: da Colônia ao Estado nacional, da prevalência do mercado externo à do mercado interno, da máxima apartação social (o escravismo) à generalização da cidadania, da fragmentação à unificação da base geográfica, da condição primário-exportadora à predominância da indústria. Combinados, esses processos faziam com que a “não-nação”, que é a nossa marca de origem, tendesse, embora de forma problemática, a dar lugar a uma nação.

Como se sabe, tal movimento, embora transformador, não foi revolucionário. Ao contrário,

mantve sempre estreitíssimo vínculo com o passado, e culminou neste século na ação de um Estado, simultaneamente, desenvolvimentista (na economia) e conservador (na sociedade). Nossa matriz produtiva foi profundamente alterada; nossas relações sociais e de poder, bem como nossa inserção internacional dependente, apenas superficialmente. Realizamos, digamos assim, uma “fuga para a frente”, que hoje parece ter atingido seus próprios limites.

7. A crise em que estamos imersos nos dezoito últimos anos decorre do esgotamento do impulso nascido daquela combinação específica de processos estruturais, ou seja, do fim do ciclo longo de 30–80. Fato notável: foi rapidíssima a desconstrução da identidade nacional, então esboçada, e hoje em franco declínio. Essa desconstrução não poderia ter sido tão rápida, nem tão indolor, não fosse uma *ação complementar* das forças políticas que representavam as elites e as contra-elites brasileiras nos anos 80. Ao enfatizar, com razão, a perpetuação de intoleráveis injustiças no interior do nosso processo de desenvolvimento, a esquerda se esmerou em desvalorizar completamente a construção anterior — em seus aspectos econômicos, ideológicos e culturais —, fazendo dela terra arrasada; assim, abdicou de tornar-se uma força que pudesse oferecer uma alternativa de desdobramento transformador para a base produtiva e as forças sociais já constituídas pelo esforço do nosso povo, nas condições possíveis de então.

A elite, por sua vez, tinha seus próprios motivos para também querer se ver livre dessa mesma construção histórica. Temia, acima de tudo, que o reencontro do país com a democracia, àquela altura inevitável, criasse condições para a edificação de um Estado ainda impulsionador do desenvolvimento, mas doravante transformador, não mais conservador. Ao dismantelar sem constrangimento a idéia de um projeto nacional e suas instituições de suporte, lucrou duplamente: afastou a possibilidade de um “desenvolvimento com reformas” e ficou livre para apostar na única alternativa restante, a internacionalização subordinada, nossa mais antiga vocação.

8. Mas a forma atual de tratamento dessa crise que encerra um ciclo contém um significado ainda maior: parece ter chegado ao fim — inconcluso — o longo, tortuoso e frágil processo de construção nacional comandado pelas mesmas velhas elites, cuja dominação, hoje, inverte a direção da seta da história, ao trazer de volta, com grande força, o passado. Prestemos atenção naqueles processos definidores do nosso longo curso: a condição colonial se reatualiza, pois o Estado nacional se enfraquece, perde a capacidade de cumprir suas funções permanentes e deixa de ser o articulador de uma estratégia legitimada pela sociedade; o mercado internacional volta a predominar como estimulador dos centros dinâmicos da nossa economia; as vulnerabilidades externas aumentam dramaticamente; cresce a apartação que separa os brasileiros entre si e se fecham as vias da mobilidade social ascendente; o território se fragmenta segundo lógicas excludentes; a identidade cultural se degrada a olhos vistos; a base produtiva se fragiliza. Pela primeira vez na história contemporânea, governo e elites se descomprometem explicitamente com a continuidade do processo industrializador — e com a própria idéia de desenvolvimento —, que cimentou o acordo básico do Brasil neste século e conferiu relativa estabilidade a uma sociedade tão desigual.

Com a atenção voltada para a questão da inflação, e submetidos à hegemonia intelectual de economistas de curta visão, ainda não dimensionamos o significado profundo dessa virada. As elites romperam os vínculos que possam ter tido com o conjunto do país, cooptadas por um horizonte cosmopolita de negócios, padrões de consumo e valores, no contexto de uma dependência de novo tipo, mais deletéria, que apenas aprofunda o atrelamento da nossa grande economia àquela bolha especulativa do capitalismo financeiro.

9. A vitória — a meu ver temporária, porque a-histórica — da perspectiva da “não-nação” sobre a perspectiva da nação impõe uma luta política de novo tipo. As alternativas são radicais para ambos os lados, pois exigem grandes projetos.

É aí que nossa esquerda mostra sua fraqueza

maior: parte dela não quer, parte não pode e parte não sabe como fazer essa confrontação necessária. Incapaz de ser, a um só tempo, radical e generosa para com o país, ela não está à altura do momento histórico em que vive. Seu equívoco fundamental se perpetua sempre que se enfrentam, de um lado, segmentos adesistas ao projeto hegemônico, ofuscados pelo pensamento da moda e pela possibilidade de borboletear na periferia do poder, e, de outro, segmentos dogmáticos, incapazes de inserir-se de forma crítica e criativa no movimento histórico que nos trouxe até aqui, capacitando-se assim a impulsionar a necessária formação de um novo bloco de poder.

De forma consciente ou não, os “moderados” não têm outro destino senão o de constituir uma “oposição interna” ao projeto de não-nação — oposição, aliás, necessária ao próprio projeto —, enquanto os “radicais” tendem quase sempre ao sectarismo. Ambos se unem na mesma incapacidade de constituir uma alternativa estratégica, pois não conseguem explicitar para o povo a natureza exata da luta política em curso. Tapam o sol com a peneira com a conversa fiada da globalização, quando têm diante de si um dos poucos países cuja perspectiva de desenvolvimento, em novas bases, permanece extremamente viável.

A única ação correta e eficaz — inclusive em termos eleitorais — seria aquela capaz de chamar o povo a tomar grandes decisões. Submergir a política em pequenas questões, ou em variantes do modelo atual, interessa às elites, que assim mantêm encoberto o seu movimento geral de desconstrução da nação, sem serem chamadas a prestar contas dele. Perpetuada nesses termos a luta política, nos resta a defensiva e a incoerência, caminho da desmoralização e da derrota. Essa impotência básica reforça o poder da burocracia, alimenta as formas caricatas de debate (“devemos ou não fazer alianças?”) e permite a degeneração da política no oportunismo pragmático. Mudar isso exige uma estatura política e moral que a esquerda ainda terá de construir. É o nosso desafio atual.

A Desconstrução de um Mito Chamado Brasil

*Pedro Cláudio Cunha Bocayuva**

* Diretor da FASE



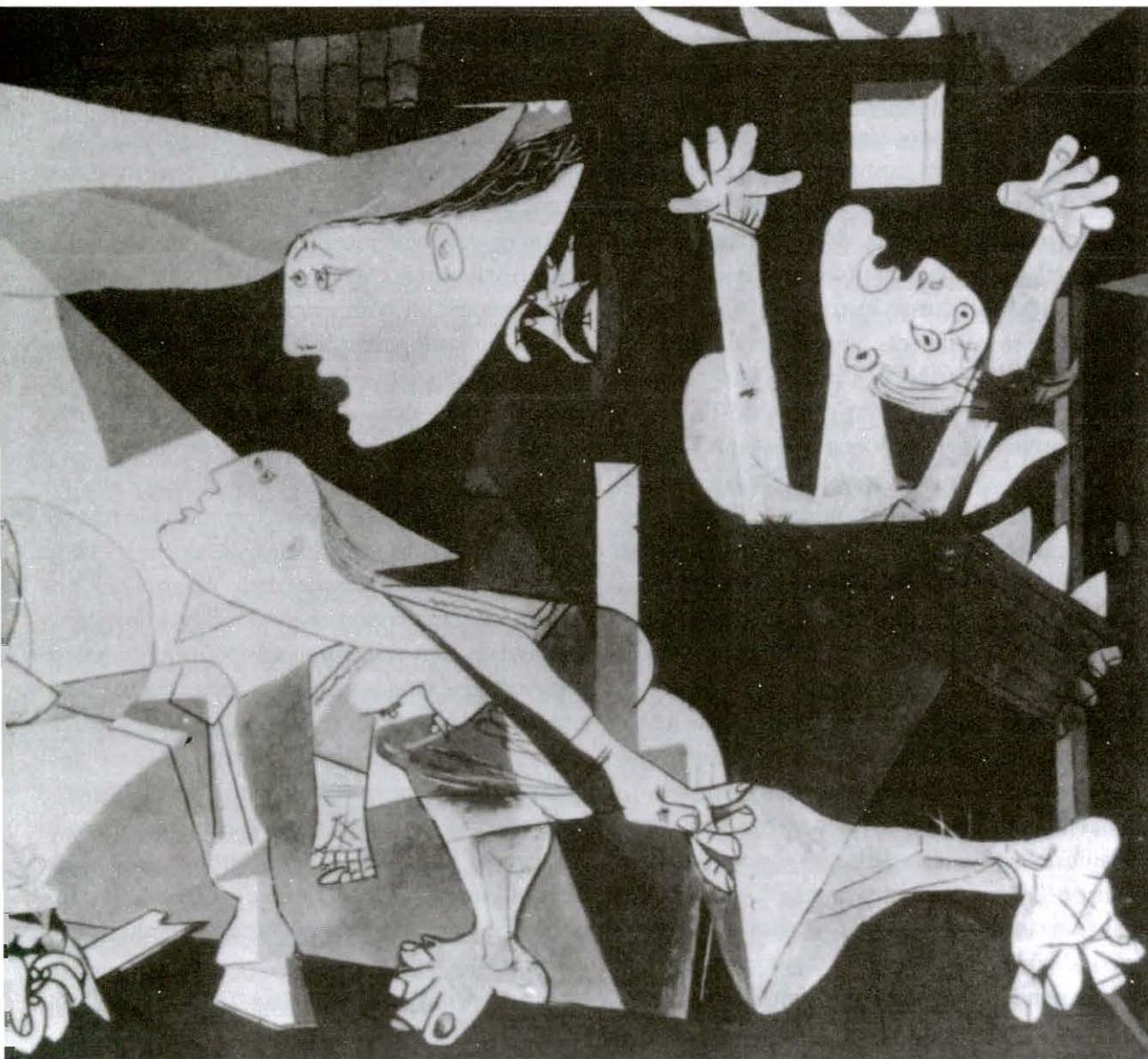
Modificação da Dinâmica Espaço-Tempo do Capital

A modificação no tratamento da questão nacional tem sido o pano de fundo de uma luta surda em torno das condições de barganha das periferias no mundo globalizado. Se uma parte da economia-mundo globalizada se encontra articulada *on line* pela lógica da compressão espaço-tempo do modo informacional flexível de ordenamento do regime de acumulação, uma enorme parcela da economia mundial se encontra articulada em redes e andares inferiores¹. O espaço nacional, como dimensão

política e condição organizacional e técnico-econômica do modo de produção, aparece como realidade paradoxal. Processos de integração regional de escala continental, redes mundializadas de empresas, fluxos financeiros e tecnológicos globais se fazem acompanhar por crises cambiais e conflitos geopolíticos que fazem parte da crise dos antigos modos de desenvolvimento².

¹ ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp/Contraponto, 1996.

² CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society*, vol 1. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1998.





A hierarquia e o dinamismo da ordem internacional foram rompidos e os elos débeis da cadeia da nova economia global, e da sociedade informacional, são comandados por redes, que compensam sua luta competitiva interna sob a forma de uma liquidez internacional que flui e reflui especulativamente dos centros para as periferias. As velhas instituições da economia internacional tornam-se instrumentos de regulação das crises periféricas, aprofundando a perda de autonomia relativa dos países não-centrais. Quando os países batem às portas do FMI e do BIRD, ampliam-se as preocupações com o futuro dessas nações. As recessões e políticas de geração de superávites fiscais só rivalizam em termos de efeitos catastróficos com os cenários hiperinflacionários. Morte súbita ou no leito de Procusto, os espaços de manobra diminuem diante dos esforços de parametrizar nosso futuro através de bandas e oscilações do carnaval dos índices.

No caso dos países do socialismo real o desgaste político e a incapacidade de avanço material foi uma razão para modificar o modelo na direção do Ocidente, ou seja, o colapso foi determinante. No caso das periferias e semi-periferias da Ásia e da América Latina, os efeitos das relações financeirizadas e da abertura econômica recriam as condições que determinam uma espécie de nova dependência. Na Ásia, o efeito é não menos catastrófico, porém o dirigismo estatal ainda refreia

e filtra parte dos impactos, mas o peso das formas autoritárias de poder restringe o espaço de manobra acentuando a crise política e social.

As oscilações e crises das periferias na Ásia e América Latina seguem linhas diversas, mas com um resultado preciso de desmontagem de parte da máquina desenvolvimentista e do potencial interno de coordenação das condições de inserção internacional. A competição aberta sobrepassa a competitividade construída. O ritmo de circulação do capital é superior a qualquer capacidade de ordenamento sócio-espacial³, o tempo dos fluxos líquidos ultrapassa a capacidade de orientar racionalmente o mercado. Mas a crise dos sujeitos históricos e sociais da contemporaneidade não faz da racionalidade espontânea da alocação via o mercado o fator principal de orientação dos investidores. A autonomização dos fluxos financeiros combinada com as aberturas rompe qualquer esforço de estabilização, a via única da internacionalização subordinada se transforma de projeto defensivo do capital internacionalizado em capitalismo real desregulado. Nenhuma garantia nacional é suficiente para a dinâmica da nova mundialização, ao ponto do capital financeiro global autonomizado, ele mesmo, se propor a disciplinar os fluxos. Trata-se da solução “raposa tomando conta do galinheiro”.

³ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

Estado e Nova Dependência

O capital precisa de norma e Estado para garantir sua permanência e valorização no longo prazo. Enfraquecidos os Estados nacionais periféricos, aprofunda-se a capitulação de construção de qualquer mecanismo regulador, até mesmo tecnocratas formuladores são substituídos por operadores de mercado. Para algumas análises, o processo de globalização aponta para lógicas imperiais ou articulações geopolíticas de novo tipo, às quais caberiam respostas no plano internacional. Mesmo admitindo que não existe resposta baseada num retrocesso ao nacionalismo, cabe interrogar se interessa um abandono pelas periferias e semi-periferias do recurso ao espaço sócio-político nacional. A questão nacional deixa de ter qualquer sentido para os oprimidos do mundo?

O mercado financeiro só confia nos seus pares, mas a dúvida é se a raposa vai tomar conta do galinheiro ou se vai acabar com a produção da granja. Esse dilema, que aprisiona as economias nacionais, aponta para uma desterritorialização perversa, desigual e por descartabilidade, 50% dos mexicanos e 90% dos russos já sabem disso, fora tailandeses, coreanos, etc. Para não falar da nova desigualdade nos países do norte, nas ameaças sobre a economia chinesa e na crise japonesa. A euforia do Euro ou a dinâmica da locomotiva econômica norte-americana não parecem oferecer nenhuma perspectiva otimista para sustentar um Império global com uma estrutura reguladora de funcionamento, o que não significa dizer que a lógica imperial(ista) tenha se retirado da dinâmica das ações de estados e empresas.

O imperialismo renasce como categoria analítica na dinâmica do capitalismo global pós-nacional. Nessa era de incertezas, que se abre no final do século, os sistemas econômicos dotados de gigantesca capacidade técnico-produtiva interagem em cenários que combinam desterritorialização e reterritorialização. O fato de termos ilhas de modernização nas diferentes periféricas e territórios/ guetos de pobreza nas regiões da tríade dominante

não impede que uma nova dependência seja a tendência mais envolvente para os elos e territórios mais débeis da nova divisão econômico-espacial das cadeias e interdependências da produção capitalista na era informacional. O discurso e a prática de fluidificação dos fluxos do capital aproveitam o potencial disciplinador dos Estados nacionais ao mesmo tempo que os negam e os desestruturam: as fronteiras caem ao mesmo tempo que novos muros são construídos. As cercas que dividem o dentro e o fora recortam fronteiras e protegem redes exteriores ao espaço de controle e comando dos poderes nacionais. Mas o jogo do poder que estrutura uma nova ordem desregulamentada e fluída para o novo modo de desenvolvimento do capitalismo utiliza o Estado nacional como o principal instrumento de reordenamento das relações. A crise da centralidade do trabalho e o impulso econômico da nova era acabam levando a um aguçamento da crise política. O Estado nacional, permenado pelas novas alianças e disputas globais, tende a condensar muitos dos conflitos, mesmo que esteja sendo reduzido ao papel de simples “guarda-noturno” do capital.

O QUE MUITAS VEZES CARACTERIZA A DIFERENÇA ENTRE BENEFICIAR-SE OU SER EXCLUÍDO DA PROSPERIDADE SÃO AS POLÍTICAS QUE OS ESTADOS, QUANDO POSSÍVEL, ELEGEM EM FACE DO PRÓPRIO PROCESSO MUNDIAL

Para o projeto neoliberal de globalização periférica, a questão nacional é um mito sem sentido, no máximo um resquício da cultura que resiste residualmente na língua. A reconstrução do vocabulário e da gramática política brasileiros criou uma lógica comunicacional e simbólica que pretende desmistificar a questão nacional como um truque. Os efeitos desse projeto de inscrever um novo credo

na cultura coletiva através dos padrões da cultura mídia intensiva alcançaram um efeito prático no estilo e na autoridade política do governo. O capital político brasileiro se torna matéria técnica, organizada pelos operadores funcionais das políticas globais, numa simbologia abstrata cujo vocabulário quantifica e qualifica realidades que são suporte dos fluxos globais. O comentarista e o analista político são quadros do sistema e das agências, onde o processo decisório espelha as opções de operadores de comando de redes e fluxos.

Mito e Estrutura da Formação Nacional

Os mitos nacionais que simbolizavam o sentido de pertencimento coletivo e estabeleciam os nexos entre os de cima e os de baixo foram rompidos. Falar um pouco da ruptura tecnocrática, e da sua forma de desmistificação da idéia de Brasil, assim como das reformas funcionais à nova fluidez da economia mundo capitalista, é apontar para um risco de destruição de mediações simbólicas e políticas, que podem levar ao paroxismo os efeitos do processo de abertura. Os riscos da globalização gerar destruição e fragmentação

são ainda maiores na periferia capitalista, porque nesta confundem-se a transição de paradigma no modo de desenvolvimento com o retrocesso ao mito de uma economia-mundo aberta. Ao contrário de fazer avançar o capitalismo brasileiro na direção de uma suposta pós-modernidade, caminhamos para formas crescentemente pré-modernas de ordenamento da vida social, ao ponto de reavivarmos o fantasma do colonialismo sob a égide de um novo império.

Darcy Ribeiro já tratou da problemática mitológica que embasa a construção da nacionalidade e da dificuldade de construção da identidade própria aos povos que não podem se mirar numa genealogia. Povos carentes de referências ou testemunhos possuem dificuldade própria para se mirar como nação, e essa carência juvenil da história nasce da espoliação colonial que marca a formação social da América Portuguesa. Abertos na perspectiva da sua novidade, carentes na fragilidade de sua construção, só nos restaria a identidade múltipla, a fusão e a mestiçagem. Isto é, a construção de um mito que se projete enquanto utopia. Nascidos da tragédia histórica de povos eliminados e desenraizados, unificados no território da dominação ocidental ibérica,



acabamos por ser destinados ao futuro, condenados a produzir um sentido. Condenados a adotar uma tradição⁴ desde fora da história (enquanto continuidade) por dentro da historicidade dos povos que se fazem nação no ambiente mesclado e mestiço da indo-afro-ibéria do sul da América. Americanos de um tipo especial, estamos condenados a nos definir na especificidade de nosso destino de povo jovem pela mobilidade territorial, pela diversidade étnica, pela síntese e sincretismo ético-cultural e ético-político. Nosso mito foi o da grandeza territorial, permeada pela harmonia racial e animado pelo desejo de ocidentalização como exige nossa origem colada na economia-mundo da era moderna.

Já para Florestan Fernandes, é a vontade racionalizadora da ligação entre fazendeiros e comerciantes, que nos faz uma periferia capitalista com sua lógica própria e dinamismo de revolução burguesa, com um desenvolvimento autoritário da estrutura dependente. O movimento de constituição estrutural da ordem burguesa, racionalizado pela ligação com a modernidade da interiorização da dinâmica do capitalismo, encontra tradução na subjetividade de uma direção de classe, que se faz revolução na periferia por força da ruptura e reconstrução da identidade nacional no pacto da descolonização subalterna. O capitalismo nacional se faz autônomo por dar corpo a um projeto específico de construção social e encontra seus limites na estrutura mundial da divisão do trabalho, mas seu comprometimento com a modernidade faz do caráter inconcluso da revolução democrática o tema por excelência de nossa modernidade tardio-periféria. Estamos condenados ao dinamismo sócio-produtivo da racionalidade capitalista da periferia moderna, portanto, avançamos inexoravelmente para os conflitos próprios das sociedades complexas. A dialética revolução e contra-revolução interage com os diferentes momentos do processo de acumulação capitalista, os mitos aparecem como mistificação.

Para Celso Furtado, o dinamismo entre a face interna e a externa do capitalismo brasileiro interliga-se ao processo estruturador da dialética centro-

periferia. Esse dinamismo força a construção de uma superestrutura de sustentação do projeto de subordinação na ordem internacional, embasado na origem agro-exportadora de nossas elites. A burguesia e a classe média incorporaram, no movimento do desenvolvimento do subdesenvolvimento, o comportamento mimético das elites coloniais. A face superestrutural da acumulação do capital se traduz nos movimentos sempre retomados de identificação com os mitos dominantes nas economias e movimentos organizacionais do capitalismo avançado. O centro cíclico interno de acumulação segue uma lógica que unifica consumo ostentatório no topo da sociedade com socialização das perdas para os de baixo na sociedade.

A carência seminal do drama de origem escravocrata colonialista, a racionalidade organizacional da empresa capitalista e o mimetismo no comportamento das elites brasileiras permitem, uma vez formulados, a construção teórica da análise crítica da mitologia nacional. O debate sobre a noção de revolução sem revolução, de revolução pelo alto, de revolução pela via prussiana, ou de revolução passiva, aponta para a implicação dessa questão na mitologia política brasileira, na construção da tradição do modo de ser ocidentalizado que sustenta o modo patrimonialista de governar e sua superestrutura jurídico-autoritária. A privatização do Estado, que instrumentalizou as formas de governar dos diferentes blocos e coalizões governamentais, corresponderam princípios de legitimidade apoiados em estilos de produção e reprodução de uma ideologia que definia nosso nexo de identidade e diferença enquanto nação em desenvolvimento. O desenvolvimentismo atualizou a mitologia brasileira da grandeza nacional mesmo que transmutando-se conforme os novos contextos situacionais que atualizavam a perspectiva do processo de modernização. A mitologia brasileira da grandeza nacional e sua ligação com a criação de algumas referências de sentido como

⁴ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.



as do binômio territorial-imperial se traduziram como um estilo de conciliação pelo alto e autoritarismo para os de baixo. Mas o movimento de desenvolvimento desigual abria espaços de mobilidade na cidadania hierarquizada. Integração e exclusão seguiram uma dinâmica limitada pela acumulação política que nivelava os termos de redistribuição do excedente por cima e de clientelismo para baixo. O desenvolvimento associado da periferia semi-industrial brasileira se relacionava com uma mitologia que permeava os diferentes projetos que animavam e disputavam o ideal modernizador. Oposições e situações partiam de construções de sentido político que ocupavam uma mesma estrutura, ou língua de fundo, baseada na noção de mobilidade e no uso do grau de autonomia relativa que o contexto periférico permitia.

Modernização e Crise do Desenvolvimento

A crise da modernização brasileira, que combina aguçamento do conflito redistributivo internamente com o cenário competitivo do capitalismo desde a década de setenta, produziu um efeito de ruptura com a estrutura da mitologia do destino nacional de grandeza. Pelo lado da crítica democrática radical e pelo lado da crítica neoliberal, o processo de democratização definiu um novo contexto situacional. A questão estratégica da disputa de projetos parte de uma mesma impressão de incertezas quanto ao futuro, a descontinuidade passa a ser um indicador relevante. Uma crise de futuro se instala na estrutura imaginária, cujo magma passa a ser abalado pela desarticulação do modelo de desenvol-

vimento concomitante a uma perda de substância do modo político de transição por conciliação ou pelo alto. A dinâmica de aprofundamento da revolução democrática dentro da ordem esbarra nos limites da transição por conciliação, mas não pode avançar na linha de ruptura contra a ordem, sob pena de perder suas conquistas. A dinâmica de desenvolvimento associado não encontra mais espaço pela via do endividamento e o país recusa uma nova via de mudança orientada pelo alto.

O empate político entre esquerda e direita nascido da crise da Nova República, e a implosão da sua coalizão de centro nos coloca fora da órbita de uma cidadania regulada nos termos clássicos da mobilidade sócio-territorial brasileira. Os mitos são abalados na sua estrutura na medida em que deixam de existir vantagens comparativas espúrias baseadas no sentido simbólico e material conferido ao quadro nacional. Esse abalo se projeta como crise do Estado, rebate sobre o arcabouço de direitos e abala a matriz produtiva. A estrutura material produtiva e a ossatura do Estado perdem a centralidade no comando da interface entre a dinâmica interna e a externa, a base institucional do compromisso da transição se inviabiliza, e a sociedade brasileira se vê atravessada pela crise de valorização do capital, enquanto crise do regime de acumulação e das suas formas institucionais contratuais. O cisma dos laços sociais orgânicos e da cidadania regulada se projetam na enorme crise da norma e nas proporções do conflito quanto ao padrão distributivo para os de cima e com os de baixo.

Informalizado e precarizado o mundo econômico-social passa a estar ligado pela esfera comunicativa de massas e pelos novos modos de

reprodução social globalizados. A vida cotidiana financeirizada passa a refletir, na crise do modelo regulado do desenvolvimentismo, as forças centrífugas e centrípetas da disputa do padrão de medida e proporção quantitativa e qualitativa. A questão da soberania do Estado se traduz na questão da moeda. A crise inflacionária e o endividamento financeiro passam a expressar, na sua forma fetichizada, uma nova estrutura simbólico-mitológica. A via única neoliberal coloca todos os compromissos institucionais e as normas reguladoras da superestrutura jurídico-política como expressão de demandas corporativas. Os direitos universais são epitetados como sendo interesse particular de minorias e os caminhos regulados da hierarquia desigual e seletiva são eliminados ou precarizados. O Estado e o direito são expressão de bloqueios e não mais um meio de acesso ao processo de integração social e material aos requisitos da vida civilizada moderna. O ocidente periférico brasileiro é posto sob o signo do atraso em relação ao Ocidente Real da globalização. O espaço nacional é posto como mediação simbólica que entrava a unificação e homogeneização dos fluxos dinâmicos do capital globalizado.

A crise de financiamento da economia brasileira só pode ser solucionada pela mudança do paradigma do patrimônio imóvel do território e seus habitantes para o paradigma móvel da liberdade de circulação dos novos ativos imateriais. O referencial de país em desenvolvimento é metamorfoseado para um novo ideal de economia de mercado emergente, por ser espaço para novos negócios da China. Na mesma hora em que os economistas e economias do norte querem regular os fluxos do capital financeiro internacionalizado, nos oferecemos como base de sustentação do mito tradicional do *laissez-faire*, *laissez-passer*. A destruição do desenvolvimento orientado pelo Estado mina as bases de legitimação do Estado na periferia, o mito da grandeza brasileira perde funcionalidade diante da adesão ao ciclo financeiro do Império do capitalismo pós-nacional.

As bases de regulação e norma da vida social se abalam com a perda da centralidade do trabalho e a ausência do controle político sobre a economia. A produção de sentido de má-consciência que ligava um estilo mimético a uma autoridade nacional autônoma para dentro é substituída pela retórica da via única de um Ocidente mitológico ordenado pela mão invisível. Os símbolos e índices da nova soberania monetarista são construídos como sustentáculo da nova verdade. Os magos da economia fazem-se desmistificadores da magia através de um novo fetichismo operado de forma direta pelos agentes da financeirização.

A nação aparece como desfuncional na configuração do novo espaço político do capital. De espaço mitológico para operar uma imagem de defesa e ocupação do território, de espaço para agenciar a mobilização das forças produtivas na ótica do desenvolvimento urbano-industrial, reduz-se, no imaginário neoliberal, a operar políticas de atratividade para o capital internacional. O Estado passa a ser concebido como uma agência facilitadora e animadora dos processos que garantem os fluxos internacionais. Os mitos brasileiros são desconstruídos pela via mimética e fetichista do projeto de ruptura com a questão nacional como problema estruturador da estratégia do Estado. Mas a forma de quebra das ilusões do desenvolvimento independente e autônomo acaba por bloquear até mesmo a hipótese de desenvolvimento associado, pois que já não se sujeita nos processos normativos internos, ou na mediação dos jogos de força que estruturam o comando oligárquico da vida pública brasileira. A reforma permanente da estrutura jurídico-política e do pacto constitucional de 1988, ao desestruturar as bases da velha mitologia nacional, de roldão promove uma destruição das bases materiais do tecido sócio-produtivo. O pacto constituinte, construído na perspectiva da democratização pela lógica da ampliação do Estado, amparado na sociedade civil, do capitalismo industrial-urbano, vai sendo desmontado.



O Projeto Político do Novo Federalismo

Apesar de todos os temores relativos a uma perspectiva nacionalista que não guarda mais relação com a estrutura do modo de produção capitalista no novo contexto global, que já exige uma interatividade entre sujeitos políticos no plano internacional, a mediação nacional tem no Estado o centro da operação política. A arte de governar os processos de poder se organiza nas empresas e no Estado e tem nas formas monetizadas a expressão que define o valor dos diferentes ativos e meios produtivos. Um projeto político alternativo de caráter anti-capitalista ou pós-mercantil exige estratégias redistributivas e garantias de reformas estruturais que exigem um agente coletivo e sujeitos políticos que devem disputar a orientação da crise do Estado. Os países continentais, como o Brasil, que possuem um tecido sócio-produtivo complexo podem aproveitar as vantagens advindas do peso relativo do reordenamento dos processos e agenciamentos

que seu mercado interno permite. Esse processo exige uma perspectiva de resgate do capital político e simbólico da questão nacional, mesmo que seja para operar uma integração virtuosa no pós-nacional.

Na transição do capitalismo pós-nacional de fim de século, a questão nacional deixa de ser um mito impulsionador e coesionador e passa a ser uma peça no xadrez da construção de novas identidades. Mas, pelo andar da carruagem, se pensarmos a questão política do personagem chamado Brasil, ruim com ele, pior sem ele. A crise da Federação deve se traduzir num novo federalismo onde a integração dos povos possa ter seu lugar na contramão do predomínio dos fluxos financeirizados, aproveitando as possibilidades políticas das novas forças produtivas (virtuais, informacionais, comunicacionais) para redistribuir renda, trabalho e poder no território de um novo projeto que ainda precisa se chamar Brasil.

As oportunidades abertas pela crise cambial e pela mudança política com a eleição de governadores de oposição podem colocar na ordem do dia a exigência de uma alternativa de desenvolvimento que lance as bases de novas dinâmicas autônomas para a sociedade brasileira fundada na reconstrução de baixo para cima da federação brasileira. Os movimentos e conflitos sócio-ambientais locais, a luta pela terra, o combate ao desemprego dentro dos complexos produtivos e os experimentos de gestão participativa e democrática nas administrações populares serão o centro dessa construção. No centro e na periferia do capitalismo, o jogo e o desfecho da crise das formas políticas e simbólicas da dimensão nacional apontam para o debate sobre as federações como expressão política dos rearranjos de poder, que devem submeter a dinâmica financeira global aos espaços e arranjos políticos mediadores onde os sujeitos se constituem em comunidade e realizam possibilidades solidárias⁵.

⁵ SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

Proposta Recomenada



Políticas de Saneamento Ambiental: inovações na perspectiva do controle social

IPPUR/UFRJ, FASE

Orgs.

Orlando Alves dos Santos Jr.

Ana Lúcia Britto

Hélio Ricardo Leite Porto

Este livro é um instrumento Fundamental na ação dos movimentos populares, sindicais, organizações não governamentais, técnicos de prefeituras, governantes, pesquisadores e estudantes, comprometidos com a construção do direito à cidade e interessados na discussão da gestão ambiental no Brasil

ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ

Tel: (021) 286-1441 • Fax: (021) 286-1209

End. <http://www.fase.org.br>



FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Associada à ABONG e à ALOP

ENGLISH VERSION

LEIA!!!

Novas Publicações:
Metodologias de Capacitação
Orçamento Participativo

CONHEÇA!!!

Síntese do Seminário Nacional Políticas de
Saneamento Ambiental

Quem Somos?



Boletim Informativo

**Avaliação dos resultados e impactos
da intervenção da FASE**

Projetos e programas da FASE nas áreas de atuação:



Meio Ambiente e
Desenvolvimento



Trabalho e Renda



Cidadania
Políticas Públicas
Questão Urbana



Publicações da FASE



Endereços da FASE

email: fase@ax.apc.org

Proposta

NOVA FASE, MAIS ESPERANÇA

Dentre os objetivos estratégicos fixados pela Fase para a virada do milênio está o lançamento de uma nova Carta Compromisso e o seu reposicionamento estratégico na sociedade brasileira. Tendo em vista ampliar sua base de legitimação no país, em especial junto aos chamados formadores de opinião, a Fase pretende estabelecer um debate vivo e criar um círculo de apoio na sociedade brasileira ao seu projeto permanente: construir uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania. Ao relançar um grupo de colaboradores no país, a Fase inova quanto a suas rotinas mais recentes, mas não está sozinha: em todo o país as chamadas ONGs de desenvolvimento vêm travando um intenso debate quanto aos seus rumos, parceiros e financiadores, quando já se inicia o terceiro governo eleito pelo povo após a ditadura militar.

O próximo número da **Proposta** vai mergulhar nesse debate: a quem e para que servem as ONGs? O que distingue e o que une as chamadas ONGs de desenvolvimento e a as filantrópicas? E, sobretudo, Fase: modo de usar: quais os seus objetivos e o que faz pelo país afora? De onde vem e para onde vai? Quais os seus valores e parceiros privilegiados? Quem se beneficia de sua ação? Quem a financia? Como estreitar os laços de amizade e colaborar ativamente, debatendo seus objetivos e engajando-se em sua ação?

FASE - 35 anos educando para o desenvolvimento e a cidadania

ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ
Tel: (021) 286-1441 • Fax: (021) 286-1209

próximo número

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 26 • Março/Maio de 1997 • Nº 72 • Preço: R\$ 6,00

PAUL SINGER
Economia Solidária:
geração de renda
e alternativa
ao liberalismo

LIANA CARLEIAL
Trabalho em Tempos
de Novas Tecnologias:
velhos e novos desafios

JOSE CORAGGIO
Alternativas para o
Desenvolvimento Humano
em um Mundo Globalizado

ENTREVISTAS
- Vicentino - CUT
- Nassim - Ministério
do Trabalho

CLAUDIO DEDECCA
Desemprego,
Heterogeneidade
e Regulação Hoje

**LENA LAVINAS
LEILA LINHARES**
Mulheres e
Trabalho:
lei e mercado

OS DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO

FASE

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 27 • Setembro/Novembro de 1998 • Nº 78 • Preço: R\$ 6,00

**Desenvolvimento Local
Integrado e Sustentável**
Dez Anos depois

**Temas Locais de
Formação**
Cristina Zanetti

**Local e a Periferia: qual
modalidade?**
Cláudio Gomes Baccarini

**Políticas Sociais e
Urbanas**
na
Cidade de Goiânia



Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável II

FASE

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 2028 • Dezembro/Fevereiro de 1998/99 • Nº 79 • Preço: R\$ 6,00

**Entre a Política de Poder e
a Política do Governo Global**
Cristina F. Mele

**Planos Locais, Agr
Globalização**
Cristina F. Mele

**Uma Experiência de
Participação Cidadã no Definição
de um Projeto Nacional em
um Mundo Globalizado**
Cristina F. Mele

**Desenvolvimento e
Sustentabilidade: uma proposta de
política**
Cristina F. Mele

**Desenvolvimento e
Sustentabilidade: uma proposta de
política**
Cristina F. Mele

**Desenvolvimento e
Sustentabilidade: uma proposta de
política**
Cristina F. Mele

**Desenvolvimento e
Sustentabilidade: uma proposta de
política**
Cristina F. Mele

**Desenvolvimento e
Sustentabilidade: uma proposta de
política**
Cristina F. Mele

**Desenvolvimento e
Sustentabilidade: uma proposta de
política**
Cristina F. Mele

**Desenvolvimento e
Sustentabilidade: uma proposta de
política**
Cristina F. Mele

**Desenvolvimento e
Sustentabilidade: uma proposta de
política**
Cristina F. Mele

**Desenvolvimento e
Sustentabilidade: uma proposta de
política**
Cristina F. Mele

**Desenvolvimento e
Sustentabilidade: uma proposta de
política**
Cristina F. Mele

**Desenvolvimento e
Sustentabilidade: uma proposta de
política**
Cristina F. Mele



Globalização: cidadania e governabilidade

FASE

Em **PROPOSTA**, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas e a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Valor da Assinatura Anual
• R\$ 22,00 (vinte e dois reais).

Como Fazer sua Assinatura de **PROPOSTA**

- Fazer um depósito nominal no valor acima à **FASE** no Banco Bradesco, na conta 31 947 – 3, agência Catete 3009 – 8.
- Enviar o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 286—1209. Em breve você receberá a Revista em sua casa pelo correio.

Ou então,

- Enviar um cheque nominal à **FASE** no valor de R\$ 22,00, juntamente com seus dados, para o endereço: Rua das Palmeiras, 90 Cep – 22270-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
Para maiores informações: (021) 286-1441 ou sveiga@fase.org.br.